

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE DIREITO



*A proteção dos dados do cliente bancário na cessão de crédito em
incumprimento*

NELSON RICARDO GOUVEIA PEREIRA ROCHA

Dissertação conducente ao grau de Mestre

Em

Ciências Jurídico-Empresariais

Março de 2016

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE DIREITO



*A proteção dos dados do cliente bancário na cessão de crédito em
incumprimento*

NELSON RICARDO GOUVEIA PEREIRA ROCHA

Dissertação conducente ao grau de Mestre

Em

Ciências Jurídico-Empresariais

Sob a orientação do

PROFESSOR DOUTOR PEDRO LEITÃO PAIS DE VASCONCELOS

Março de 2016

RESUMO

O presente estudo versa sobre a proteção dos dados do cliente bancário no âmbito da transmissão de carteiras de crédito em incumprimento. O estudo é efetuado através da identificação e análise das questões relativas à proteção de dados suscitadas no contexto daquelas transmissões.

Assim, em primeiro lugar procede-se à exposição do regime de proteção que ordenamento jurídico português confere aos dados pessoais, com a identificação dos princípios fundamentais que presidem à proteção daqueles dados, avançando posteriormente para o enquadramento dos dados bancários enquanto dados pessoais merecedores de proteção.

Porém, e porque estamos em presença de dados sujeitos a sigilo bancário, importa também qualificar este instituto, integrando-o e percebendo em que medida se processa a transmissão de dados sem que, no entanto, seja desrespeitado.

Por fim, procede-se a uma tentativa de enquadramento da proteção de dados do cliente bancário, explicitando a extensão da sua proteção neste tipo de transmissão.

PALAVRAS-CHAVE: Dados Pessoais, Dados Bancários, Proteção de Dados

ABSTRACT

The present study covers the protection of bank client data in the context of the transmission of defaulting credit portfolios. The study is done through the identification and analysis of issues related to data protection arising in the context of those transmissions.

In this regard, it is firstly exposed the protection regime that Portuguese law gives to personal data, identifying the fundamental governing principles of data protection, later advancing to the banking data protection framework.

However, and given that the banking data is subject to banking secrecy, it is also important to qualify its regime, and sensing the extent to which the data transmission without breach the mentioned regime.

Finally, the procedure is an attempt to frame the banking customer data protection, highlighting the extent of their protection in this type of transmission.

KEYWORDS: Personal Data, Banking Data, Data Protection

Índice

ÍNDICE DE ABREVIATURAS	7
I. INTRODUÇÃO.....	8
II. OS DADOS DO CLIENTE BANCÁRIO	12
A. Considerações Genéricas	12
i. A crise na Europa.....	13
ii. A crise em Portugal.....	13
B. Os Dados Bancários.....	17
i. A Perspetiva Constitucional – O Direito à reserva da intimidade da vida privada.....	18
ii. A proteção constitucional da situação económico-financeira dos cidadãos	24
iii. A Jurisprudência enquanto forma de concretização do direito à reserva da intimidade da vida privada	25
iv. Os dados bancários enquanto dados merecedores de proteção constitucional.....	27
v. Os dados bancários como Dados Pessoais	31
C. O Segredo Bancário	33
i. Origem Histórica	33
ii. Evolução legislativa em Portugal	35
iii. O Regime Atual – O RGICSF	36
iv. Limitações ao Segredo Bancário	38
v. A violação do Segredo Bancário	39
vi. O Segredo Bancário como corolário do direito à reserva da intimidade da vida privada - Da existência de um “direito ao sigilo bancário”	42
III. A TRANSMISSÃO DE CARTEIRAS DE CRÉDITO EM INCUMPRIMENTO.....	43
A. Considerações Genéricas	43
i. Dos créditos objeto da cessão.....	43
ii. Os Investidores – espécies e Intenção subjacente	44
iii. Estruturas possíveis para a transmissão	44
a. A CESSÃO DE POSIÇÃO CONTRATUAL	45
b. Requisitos da Cessão de Posição Contratual.....	46
c. Efeitos da Cessão de Posição Contratual	47
d. Relações entre o cessionário e o cedido.....	48
e. A Cessão de Créditos	48
f. Requisitos da cessão de créditos.....	49

g.	Diferenças entre os dois institutos	51
iv.	O Impacto da Transmissão de NPL nos dados dos clientes bancários.	52
a.	Os Dados Pessoais	52
b.	Princípios orientadores do tratamento de dados pessoais.	53
c.	Direitos consagrados no âmbito do tratamento de dados pessoais.....	54
d.	Os Dados Pessoais transmitidos nas cessões de NPL.....	56
e.	Da autorização para o tratamento de dados pessoais.....	57
f.	O Princípio da Confidencialidade no Tratamento de Dados Pessoais.....	60
g.	O caso concreto da cessão de NPL	61
a.	Do fundamento da Cessão de Dados.	62
v.	Da proteção efetiva dos dados dos clientes bancários	63
vi.	O papel da CNPD	65
vii.	O Papel dos tribunais	66
IV.	CONCLUSÕES	67

ÍNDICE DE ABREVIATURAS

- BCE – Banco Central Europeu
- CC – Código Civil
- CMVM – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
- CP – Código Penal
- CRP – Constituição da República Portuguesa
- CT – Código do Trabalho
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- LPDP – Lei de Proteção de Dados Pessoais
- LQSIRP – Lei-quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa
- NPL – *Non-Performing Loans*
- RGICSF – Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras
- TC – Tribunal Constitucional
- STA – Supremo Tribunal Administrativo
- STJ – Supremo Tribunal de Justiça
- UE – União Europeia

I. INTRODUÇÃO

As crises financeiras no capitalismo são como a morte na cultura ocidental: sabemos que virá um dia – seja a nossa, seja a alheia – mas, sempre que ela se mostra, assustamos como se fosse algo totalmente inesperado. O que há de desconhecido nas crises financeiras, assim como na morte, é o "quando" e o "como", não obstante as crises sejam, em geral, mortes anunciadas.

A que vivemos eclodiu em meados de 2007 no mercado norte-americano de hipotecas de alto risco e adquiriu proporções tais que acabou por se transformar, após a falência do banco de investimentos *Lehman Brothers*, numa crise sistémica.

A crise que potencia o mercado de NPL advém, antes de mais, da crise do modelo económico que caracterizou a sociedade ocidental nestas últimas décadas.

Assim, estamos em crer que será útil enquadrar, ainda que sumariamente, a razão que nos leva à preocupação que pretendemos abordar nesse trabalho.

Em função de uma concepção simplista, a lógica financeira consiste em “fazer dinheiro a partir de dinheiro”, sem necessariamente passar pela esfera da produção. O predomínio crescente dessa lógica, que não tem como finalidade a produção mas a remuneração do detentor de um ativo ocorre, na economia mundial, pelo menos o início dos anos oitenta do século passado. Trata-se, portanto, de um capital fictício - ou seja, não vinculado à esfera produtiva - e que efetivamente acabou por comandar a economia como um todo.

Acresce que, na euforia do crescimento económico das últimas décadas, assistiu-se a um aumento exponencial da massa monetária na Europa, bem da concessão de crédito, sem que, paralelamente tivesse havido grande preocupação com a sua qualidade. Durante esse período, os bancos afastaram-se da que tinha sido até então, a sua função tradicional e assumiram posturas de risco menos conservadoras. Esta postura, ou seja, a concessão de empréstimos hipotecários de forma irresponsável, para credores que não tinham capacidade de pagar ou que não a teriam a partir do momento em que a taxa de juros começasse a subir provocou simultaneamente dois resultados: em primeiro lugar, um sobre-endividamento dos beneficiários de crédito, porquanto não tinham forma

liquidar os empréstimos contraídos e, por outro, o aumento dos créditos em incumprimento que os bancos viam crescer, e que acarretam prejuízos muito significativos, desde logo no seu balanço.

O desenrolar da crise colocou assim em xeque a arquitetura financeira internacional, colocando a nu as insuficiências do sistema de regulação e supervisão bancária e financeira atualmente em vigor, bem como pôs em questão a sobrevivência de um perfil específico de instituições financeiras

A crise financeira que assola o mundo é, assim, grave. Nada lhe é comparável desde 1929. É, no entanto, uma profunda crise de confiança, decorrente de uma cadeia de empréstimos originalmente imobiliários baseados em devedores insolventes que, ao levar os agentes económicos a preferirem a liquidez e assim liquidar seus créditos, tem vindo a originar que bancos e outras empresas financeiras se coloquem elas próprias na situação de insolvência.

Porém, neste fenómeno “bola de neve”, não só as instituições financeiras colapsaram. De facto, a crise manifestou-se também a nível dos Estados - de entre os quais Portugal - que se viram obrigados a solicitar assistência financeira ao FMI, UE e BCE, também destinando a enquadrar os termos europeus do ajustamento bancário com o pressuposto dele resultar uma banca mais sólida.

Dessa ajuda externa, para além de um pacote financeiro de ajuda direta aos Bancos, foram introduzidas novas regras no que toca aos rácios de capital - destinados a “medir” a solidez da instituição - e com regras de supervisão muito mais atuantes de modo a evitar o posicionamento excessivamente propenso ao risco adotado no passado. A banca viu-se então obrigada a refletir nos seus balanços a degradação da situação económica, ajustando-os através do reforço dos seus capitais, com vista a salvaguardar a deterioração contínua da qualidade dos seus ativos.

A implementação dessas regras criou de imediato uma necessidade de capitalização. Assim, para cumprir os rácios de capital, os bancos puderam optar por uma de duas vias: capitalizar ou reduzir os ativos ponderados pelo risco. Sucede que, num contexto económico que coloca desafios significativos no que se refere à evolução da rentabilidade dos bancos, a capitalização é uma solução que não está ao alcance de

todos e, nessa medida, os bancos, na sua globalidade, foram compelidos a reduzir os balanços, mormente através da venda ativos, para dar cumprimento aos rácios de capital impostos¹. Neste cenário, em que uma ação defensiva de venda de ativos surge como uma solução para o alívio da pressão regulatória, os NPL poderão assumir um papel fulcral no ajustamento dos níveis de risco, permitindo um encaixe antecipado de liquidez e o consequente alívio dos rácios de capital.

Sem prejuízo, a cessão destes ativos problemáticos levanta questões de vária ordem. De facto, aliada à cessão destes ativos são transmitidos uma série de elementos que, estando associados aos créditos transmitidos, não podem ser deles separados. Um destes elementos que se transmite juntamente com os créditos são os dados pessoais dos beneficiários dos créditos transmitidos.

A proteção da privacidade é, desde sempre, uma preocupação presente na atividade bancária. De facto, ninguém, como a Banca, garantiu desde sempre o princípio indispensável do sigilo nas suas relações. Um princípio basilar do seu negócio, o tratamento sigiloso da informação em seu poder e a obrigação de proteger a confidencialidade de toda a informação obtida ou criada no contexto do exercício das suas funções ou da prestação dos seus serviços. O sigilo Bancário, transformado no dever do, torna-se um dos pilares fundamentais em que se suporta a relação de confiança entre Clientes e as Instituições bancárias, mantendo-se até essa obrigação de sigilo após o termo de funções ou serviços dos seus colaboradores, constituindo a violação do dever de segredo profissional resultante da má utilização da informação dos Clientes ou da sua transmissão indevida a pessoas não autorizadas, um crime punível nos termos do disposto no Código Penal. Ademais, é indiscutível a mais-valia gerada pelo relacionamento bancário para todos os intervenientes no processo, ao assegurar um clima de confidencialidade, ao melhorar a flexibilidade contratual, ao reduzir os problemas de agência através do aumento do controle e por último ao ajudar a construir uma imagem de reputação.

Diga-se a este propósito que tal relação de confiança entre Clientes e as Instituições de crédito vem adquirindo uma importância crescente na fidelização das empresas e, sobretudo, no aumento generalizado da rentabilidade da actividade da banca de retalho,

¹ Nomeadamente no que se refere a Basileia III, referido com mais pormenor adiante.

garantindo a aproximação do cliente ao banco pela prestação e crescente personalização dos serviços, tendo em vista alcançar a sua confiança, fidelização e, por último, a sua rentabilização.

Manter a confidencialidade do cliente é assim fundamental em qualquer empresa, mas em particular nas grandes empresas multisserviços. Quando as empresas fornecem uma ampla gama de serviços, os clientes devem ser capazes de confiar que as informações sobre si mesmo não serão exploradas para o benefício de outros clientes com interesses diferentes. E isso significa que os clientes devem ser capazes de confiar no funcionamento dos mecanismos existente que visam a proteção dos seus dados bancários.

E é esse o objectivo do presente trabalho. Enquadrar legalmente, no processo de cessão de créditos em incumprimento, a proteção dos dados do cliente bancário. Importará então perceber em que medida são os dados do cliente bancário protegidos e salvaguardados no âmbito da cessão de créditos vencidos.

Para tal desiderato, começaremos por analisar a proteção conferida aos dados pessoais, aferindo da possibilidade de os dados bancários integrarem estes dados. Seguidamente, procuraremos aplicar o regime vigente nas cessões de créditos, concluindo, a final, sobre a suficiência ou insuficiência da proteção conferida aos dados do cliente bancário neste tipo de operações.

II. OS DADOS DO CLIENTE BANCÁRIO

A. CONSIDERAÇÕES GENÉRICAS

A crise financeira mundial é simultaneamente pano de fundo e razão de ser para uma série de fenómenos cujo surgimento ou intensificação é uma realidade constatável e impossível de escamotear.

É evidente a dificuldade em identificar uma área ou sector em que os fenómenos sociológicos – nos quais se incluem os fenómenos económicos – não façam sentir os seus efeitos, sem prejuízo de tal repercussão se manifestar de forma mais ou menos intensa. Estes diferentes graus de intensidade com que as “ondas de choque” se fazem sentir explicam-se pela maior ou menor exposição que determinada área ou sector em que os fenómenos económicos se façam sentir com tal intensidade.

Assim, e como bem afirma MENEZES CORDEIRO², uma exposição atual sobre um fenómeno ou aspeto económico não pode deixar de o enquadrar na crise mundial de 2007 a 2010 e a subsequente crise dos países do sul da Europa de 2007 a 2014. De facto o fenómeno económico que se manifestou nestes anos de má memória teve o condão de mostrar de forma particularmente violenta o que alguns economistas vinham alertando há já algum tempo, expondo as fragilidades do sistema financeiro, nomeadamente no sistema bancário, ao mesmo tempo que alterou as circunstâncias do mercado bancário mundial.

A falência do banco norte-americano *Lehman Brothers*, em Setembro de 2008 constituiu o ponto de partida para a derrocada do sistema financeiro internacional. Em boa verdade, a crise vinha a manifestar-se nos Estados Unidos há já algum tempo, nomeadamente ao nível dos *subprimes*, mas é também consensual que o dito “ponto sem retorno” se dá com a queda do *Lehman Brothers*. A queda do banco destruiu a confiança dos investidores mobiliários, facto que retraiu o investimento, tendo os investidores, face às circunstâncias, adotado posturas mais conservadoras. Não obstante as tentativas de estancar os efeitos que, já então, se faziam sentir com violência,

² CORDEIRO, António Menezes, *Direito Bancário*, 5.^a Edição Revista e Atualizada, 2014, Almedina, Coimbra.

nomeadamente a injeção de milhares de milhões de dólares na economia, não foi já possível reverter o fenómeno.

Posteriormente aconteceu o que todos assistimos: vários e importantes bancos faliram, sendo uma série de outras falências evitadas através de intervenções estatais com a injeção de enormes quantias de capital no sistema bancário, tentando a todo o custo evitar o colapso³. Porém, e como adiante se constatará sem prejuízo das tentativas de controlo de danos, este foi porventura o sector onde a crise se fez sentir com maior violência.

i. A CRISE NA EUROPA

Os efeitos da crise sentiram-se com particular violência na Europa, tendo uma parte dos países que a constituem enfrentado grandes dificuldades. Nestes, destacaram-se pelas piores razões Grécia, Irlanda, Espanha⁴ e Portugal, os quais, face à ausência de liquidez, foram obrigados a recorrer a programas de assistência externos por parte da comissão constituída pelo Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu e Comissão Europeia.

ii. A CRISE EM PORTUGAL

Face a esse cenário económico, os países europeus em particular os que se encontravam sob intervenção externa, foram obrigados a adotar políticas de austeridade, realidade particularmente verificável em Portugal. O aumento da carga fiscal sobre os contribuintes, aliado aos cortes transversais que se verificaram no sector económico, repercutiram-se fortemente no tecido social, provocando o encerramento de um enorme número de pequenas e médias empresas e o consequente aumento em larga escala do desemprego. Por conseguinte, toda esta conjuntura refletiu-se inevitavelmente na capacidade dos cidadãos em cumprir os seus compromissos financeiros, aumentando

³ Bancos muito poderosos sentiram imensas dificuldades, sendo disso exemplo a situação no *Citigroup*, na *Goldman Sachs* e na *UBS*. Por outro lado, a crise levou mesmo ao desaparecimento de uns – veja-se os exemplos do *Lehman Brothers*, *Merryl Lynch*, *Wachovia* e a intervenções estaduais como as verificadas no do *AIG*, *Dexia*, *Northern Rock* e *Fortis*.

⁴ Ao contrário da Grécia, Irlanda e Portugal, a intervenção em Espanha reduziu-se exclusivamente à recapitalização do sector bancário, não tendo o Estado sido alvo de intervenção internacional.

exponencialmente os casos de incumprimento de particulares e empresas perante a banca.

Em resultado do aumento do crédito em incumprimento, os Bancos, por seu lado, viram a sua liquidez e capacidade de operação reduzidas para níveis preocupantes. A situação revestiu-se de contornos especialmente graves, com algumas das instituições bancárias de maior prestígio a serem obrigadas a recorrer a linhas externas de recapitalização disponibilizadas pelas instituições públicas.

Resulta assim clara a relação causa-efeito verificada. Os cidadãos, impossibilitados de honrar os compromissos a que se obrigaram por força dos empréstimos contraídos deixam de o poder fazer, e os bancos, não obtendo o retorno dos empréstimos concedidos, veem-se também impedidos de cumprir as suas obrigações perante os seus credores. Aliás, em virtude da crise que se faz sentir com particular violência em Portugal, as agências de *rating* reduzem continuamente o *rating* da República e da banca portuguesa, até atingir níveis significativamente baixos. Estas classificações refletem-se no enorme aumento das taxas de juro exigidas nas operações de financiamento dos bancos portugueses e do Estado em operações de emissão de dívida nas várias maturidades junto dos mercados internacionais.

É, pois, esta a conjuntura que origina o fenómeno que por ora nos ocupa. Face à situação descrita, e impossibilitados de recorrer ao mercado em condições razoáveis, os bancos começam a ter que encontrar alternativas de financiamento da sua operação bem como, face às normas “de emergência” entretanto introduzidas quanto à estabilidade dos bancos, equilibrar o seu balanço livrando-se dos ativos problemáticos. É que, face à mudança de paradigma existente nos últimos anos e mesmo considerando a maior propensão ao risco por parte dos bancos, a verdade é que até à eclosão da crise, a qualidade das carteiras de crédito da maioria dos países do mundo manteve-se relativamente estável até à crise financeira que atingiu a economia mundial. Porém, após a queda do *Lehman Brothers*, o valor dos ativos dos bancos deteriora-se acentuadamente em virtude da recessão mundial, refletindo os seus efeitos nos balanços dos bancos.

Após a falência do banco – que como atrás afirmamos constituiu um verdadeiro ponto de viragem - os balanços dos bancos começaram a espelhar a degradação da economia, degradando-se simultaneamente a qualidade dos seus ativos. Acrescente-se, nesta sede, a intensificação do quadro regulatório internacional⁵, estratégia adotada como forma de conter a derrocada do sistema financeiro e de remediar as falhas de regulação existentes no sistema e colocadas a nu pela crise⁶.

Como antes referido, esta “legislação de emergência” produzida durante a crise incidiu em particular no equilíbrio financeiro dos bancos, como forma de garantir que estes dispunham de robustez suficiente para suportar o impacto da crise. Como tal, os bancos estavam agora perante uma dupla necessidade: em primeiro lugar, garantir formas alternativas de financiamento, dadas as graves restrições que enfrentavam nos mercados internacionais e em segundo lugar, necessitam também de “limpar” os seus balanços como forma de cumprir os rácios da capital e as imposições trazidas pela regulação pós crise.

É então neste contexto que se intensifica em Portugal o denominado mercado de NPL que, não sendo uma novidade porquanto este tipo de ativos se transacionava já há alguns anos, a sua intensificação em virtude da crise constitui uma realidade inegável.

Não existe uma definição comumente aceite para o conceito de NPL. Ainda assim, sempre se dirá que NPL é, é numa abordagem muito genérica, crédito em incumprimento. Por outras palavras, é crédito concedido a clientes bancários mas que, em virtude de vários condicionalismos, se encontra vencido, sem que tenha, no entanto, sido liquidado pelo devedor.

No entanto, e face à indefinição do conceito, foi tacitamente estabelecido que a definição mais aproximada seria a que consta do manual de metodologia de compilação das estatísticas dos “*Financial Soundness Indicators*” do FMI, tendo sido este o

⁵ Veja-se, a este propósito, as regras constates do acordo de Basileia III, publicado em Dezembro de 2010.

⁶ É particularmente relevante no acordo de Basileia III a introdução de rácios de capital mais rigorosos e com o realce da necessidade de aumento da qualidade do capital que deve ter capacidade para absorver prejuízos, introdução do rácio de alavancagem, que impõe um limite máximo ao endividamento por parte das instituições bancárias não obstante os riscos associados, princípios relativos aos níveis liquidez exigíveis, que obrigam à manutenção de reservas de ativos líquidos que garantam a capacidade de resposta dos bancos em situações de *stress* de curto prazo, encorajando a reestruturação dos balanços procurando, por esta via, harmonizar as maturidades dos ativos e os seus financiamentos.

referencial adotado pelo Banco de Portugal na construção de um indicador de referência.

Assim, e com base nestes indicadores, o *Non Performing Loans Ratio* é aferido com base na relação entre o crédito total concedido e o crédito em risco. Para efeitos do cálculo do ratio de NPL, o conceito de crédito em risco é fornecido pelo conjunto dos seguintes indicadores:

- Valor total em dívida do crédito que tenha prestações de capital ou juros vencidos por um período igual ou superior a 90 dias, devendo os créditos em conta corrente não contratualizados ser considerados como crédito em risco decorridos 90 dias após a verificação dos descobertos;
- Valor total em dívida dos créditos reestruturados, não abrangidos na alínea anterior, cujos pagamentos de capital ou juros, tendo estado vencidos por um período igual ou superior a 90 dias, tenham sido capitalizados, refinanciados ou renegociada a sua data de pagamento, sem que tenham sido adequadamente reforçadas as garantias constituídas (devendo estas ser suficientes para cobrir o valor total do capital e juros em dívida) ou integralmente pagos pelo devedor os juros e outros encargos vencidos; e
- Valor total do crédito com prestações de capital ou juros vencidos há menos de 90 dias, mas sobre o qual exista evidência que justifique a sua classificação como crédito em risco, designadamente a falência ou liquidação do devedor. Em caso de insolvência do devedor, os saldos recuperáveis poderão deixar de ser considerados em risco após a homologação pelo tribunal do respetivo acordo ao abrigo do Código de Insolvência e Recuperação de Empresas, caso não persistam dúvidas sobre a efetiva cobrabilidade dos valores em dívida⁷.

No seguimento do que vimos dizendo, decorrente das dificuldades emergentes da crise e das suas implicações, as novas regras aplicáveis ao sector bancário, obrigaram os bancos a reformular a sua atividade, como forma de reconquistar a credibilidade entre os credores e depositantes e, assim, eliminar ou diminuir o risco de falência. Estes desígnios foram fundamentalmente atingidos de duas formas: em primeiro lugar, através

⁷“*Afinal, o que é o NPL?*”, disponível em <http://www.servdebt.com/index.php?sector=6&page=newsview&id=50&tid=5>

da realização de sucessivos aumentos de capital de forma a manter os rácios de solvabilidade em níveis “seguros”. Por outro lado, através da redução dos ativos de risco, com a consequente recomposição dos balanços dos bancos, através da eliminação destes ativos.

Face a tal necessidade, a venda de NPL surgiu assim como forma de aliviar a pressão financeira dos bancos, tendo em vista o aumento os rácios de solvabilidade e, simultaneamente, a eliminação os ativos com maior risco associado.

Porém, a venda destes ativos tem consequências em variados aspetos da atividade. Sendo os NPL, em primeira análise, créditos em incumprimento ou com um risco significativo de o vir a ser, estes ativos constituem créditos que foram concedidos a clientes, ao abrigo de uma operação bancária que, por via disso, se encontra profundamente regulada nas suas variadas dimensões. Para o que por ora nos ocupa, releva particularmente o tratamento dos dados dos clientes bancários que, por via do contrato de concessão de crédito se encontram na disponibilidade do banco, responsável pelo tratamento dos mesmos.

O tratamento, manutenção, uso e em particular, a transmissão desses dados constituem uma vasta área de estudo que as limitações inerentes ao presente estudo não nos permitem explanar de forma exaustiva. Ainda assim, procuraremos, nas páginas que se seguem efetuar uma análise sumária dos impactos e dimensões associadas a estas transmissões.

B. OS DADOS BANCÁRIOS

Devido à sua natureza, a atividade bancária envolve, por parte da instituição bancária a recolha, tratamento e armazenamento de dados dos seus clientes. Tais dados são utilizados para os mais variados fins, desde comerciais, publicitários, de controlo de risco, bem como uma série de outras aplicações e utilidades que os tornam da maior importância para os agentes do mercado, que no âmbito do presente estudo se reconduz em exclusivo aos bancos.

Com efeito, o início de uma relação bancária implica a disponibilização ao banco, por parte do cliente, de uma série de dados pessoais que são compilados e tratados pelo banco e utilizados para os fins necessários à prossecução do objeto da relação estabelecida entre ambos.

Porém, as relações bancárias, dinâmicas por definição, evoluem a um ritmo elevado, assumindo contornos e particularidades não previstas de início. Em concreto, a possibilidade do banco ceder o seu crédito sobre o devedor levanta aos mais variados níveis, designadamente no que ao tratamento e proteção de dados pessoais diz respeito. Cumpre então analisar a cessão de NPL do ponto de vista da proteção dos dados pessoais do cliente bancário, aferindo de que forma é que as normas relativas à proteção de dados pessoais se manifestam neste contexto.

A resposta a tais questões não se afigura fácil. Como adiante se verá, as várias perspetivas das quais é possível analisar a mesma questão podem originar conclusões diametralmente opostas.

i. A PERSPETIVA CONSTITUCIONAL – O DIREITO À RESERVA DA INTIMIDADE DA VIDA PRIVADA

A proteção dos aspetos privados da vida dos cidadãos tem sido, ao longo do tempo, uma preocupação do legislador. De facto, são antigas as primeiras referências à necessidade de proteger os sectores da vida do cidadão comum que, face à sua natureza ou à sensibilidade da informação que pode revelar deve ser mantido sob reserva. Tanto assim é que a proteção deste bem jurídico foi plasmada em vários normativos, nacionais e internacionais⁸ e, desde logo na lei fundamental.

Efetivamente, a CRP, na secção dedicada aos Direitos, Liberdades e Garantias, estatui no artigo 26.º, n.º 1 que *“A todos são reconhecidos os direitos à identidade pessoal, ao desenvolvimento da personalidade, à capacidade civil, à cidadania, ao bom nome e reputação, à imagem, à palavra, à reserva da intimidade da vida privada e familiar e à*

⁸ O direito à reserva da intimidade da vida privada encontra-se também previsto na Declaração Universal dos Direitos do Homem, no artigo 12º, no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, artigo 17º; na Convenção Europeia dos Direitos do Homem, artigo 8º; na Convenção sobre os Direitos do Homem e a Biomedicina, no artigo 10º; na Convenção para a proteção das pessoas relativamente ao tratamento automatizado de dados pessoais (Aprovada pela resolução nº 23/93 de 9 de Julho e ratificada pelo Decreto Presidencial nº 21/93, de 5 de Novembro, entrou em vigor em Portugal em 1 de Janeiro de 1994) no artigo 6º e, finalmente, na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, nos artigos 7º e 8º.

proteção legal contra quaisquer formas de discriminação.” Ademais, prevê ainda os meios de proteção de tais aspetos, fazendo contar no número 2 do mesmo artigo que “*a lei estabelecerá garantias efetivas contra a obtenção e utilização abusivas, ou contrárias à dignidade humana, de informações relativas às pessoas e famílias*”, preceito que se traduz na afirmação fundamental de um direito geral de personalidade.

O direito à reserva da intimidade da vida privada, dada a sua natureza de direito pessoal umbilicalmente ligado à pessoa física, por contraposição com os direitos relacionados, não se encontra incluído, pelo menos genericamente, na panóplia de direitos pessoais passíveis de extensão ao universo das pessoas coletivas, sem prejuízo de estas últimas gozarem, como é consensual, de alguns dos direitos contidos naquele conceito a título instrumental, como seja o direito à inviolabilidade do domicílio, correspondência e telecomunicações.

Feita a consideração inicial acerca da natureza deste direito, cumpre analisar.

O referido direito constitui assim uma manifestação direta do princípio do respeito pela dignidade humana, presente desde logo, no artigo 1.º da CRP e estabelecido valor fundamental sobre o qual assenta toda a construção posterior, sendo anterior à própria ideia de Estado de Direito democrático. Neste enquadramento, o princípio contido no artigo 26.º revela-se um verdadeiro referencial na delimitação dos limites ao exercício dos restantes direitos fundamentais⁹.

De todos os direitos fundamentais consagrados aos cidadãos pela CRP, o direito à reserva da intimidade da vida privada é, possivelmente, o de maior abrangência. Com efeito, segundo Rita Amaral Cabral¹⁰, este direito compreende não só o direito de se opor a ver divulgada a vida privada (*public disclosure of private facts*), mas também o direito de oposição à investigação sobre a vida privada (*intrusion*). Porém, além destas duas dimensões, existe atualmente a tendência ao reconhecimento de uma outra dimensão, de natureza positiva, que se traduz na faculdade de os cidadãos controlarem as informações que lhe dizem respeito¹¹. Nas palavras de Jorge Miranda e Rui Medeiros, este direito define-se enquanto “...a tutela constitucional de uma reserva da

⁹ MIRANDA, Jorge e MEDEIROS, Rui, *Constituição Portuguesa Anotada*, Tomo I, 3.ª Edição, pág. 607.

¹⁰ CABRAL, Rita Amaral, *O direito à intimidade da vida privada (Breve reflexão acerca do artigo 80.º do Código Civil)*, pág. 35.

¹¹ MIRANDA, Jorge e MEDEIROS, Rui, *Constituição Portuguesa Anotada*, Tomo I, 3.ª Edição

intimidade da vida privada e familiar [que] confere a faculdade de conservar na esfera não pública e reservada dos cidadãos todos os dados pessoais que pertençam à sua vida privada e familiar, dispondo o respetivo titular do direito de impedir o acesso, emprego e revelação desses dados, em moldes que não tenham sido por si previamente autorizados e, simultaneamente, beneficiando de um direito ao conhecimento, retificação, atualização e eliminação dos respetivos dados pessoais (...)”

A abrangência e as dimensões que o conceito de reserva de intimidade levanta um número considerável de questões dogmáticas. Como forma de mitigar esta questão, assistiu-se a uma tentativa de teorização e superação destas questões assistindo-se, nesta matéria, ao surgimento de construções doutrinárias e jurisprudenciais, das quais assume maior relevo a denominada teoria dos três graus. Surgida na Alemanha, posterga o entendimento que a reserva da intimidade comporta três esferas fundamentais. Em primeiro lugar, identifica a denominada esfera íntima, que corresponde ao núcleo central da reserva da intimidade da vida privada, incluindo-se nesta esfera o que de mais íntimo o cidadão possui. Em paralelo, existe a denominada esfera privada, cuja sensibilidade dos aspetos que contém é menor do que os contidos na esfera íntima. Por esta razão, e segundo esta construção teórica, esta dimensão admite ponderações de proporcionalidade, o que é liminarmente rejeitado na esfera social. Podemos dizer que esta esfera constitui um estágio intermédio da sensibilidade dos factos privados da vida dos cidadãos, havendo nesta sede a possibilidade de, mediante os interesses em confronto, ponderar qual deles será merecedor de proteção em face do outro, possibilitando assim um juízo de prevalência entre os interesses em conflito. Por fim, surge a esfera social, que comporta uma proteção significativamente mais reduzida, entendendo estes autores que estaremos já perante questões do foro do direito à imagem e à palavra, e não perante o direito à intimidade da vida privada.

Esta construção tem, todavia, sido alvo de variadas críticas, que a limitação do presente estudo não nos permite abordar em pormenor. Diga-se apenas que a sua rigidez conceptual a impede de abarcar todos os casos que a tutela de um direito tao amplo como a reserva da intimidade pode suscitar. Podemos sim afirmar que o critério a adotar na delimitação da esfera da vida privada é o fornecido pela jurisprudência do Tribunal Constitucional, no entendimento do qual a “*Questão complexa é a da determinação do critério distintivo entre o campo da vida privada e familiar que goza de reserva de*

intimidade e o domínio mais ou menos aberto à publicidade. Segundo os autores que vimos seguindo, "alguma doutrina distingue entre esfera pessoal íntima (absolutamente protegida) e esfera privada simples (apenas relativamente protegida), podendo ter de ceder em conflito com outro interesse ou bem público; mas à face deste preceito da CRP parece que tal distinção não é relevante. O critério constitucional deve talvez arrancar dos conceitos de «privacidade» (nº1, in fine) e «dignidade humana» (nº2), de modo a definir-se um conceito de esfera privada de cada pessoa, culturalmente adequado à vida contemporânea. O âmbito normativo do direito fundamental à reserva da intimidade da vida privada e familiar deverá delimitar-se, assim, como base num conceito de «vida privada» que tenha em conta a referência civilizacional sob três aspetos: (1) o respeito dos comportamentos; (2) o respeito do anonimato; (3) o respeito da vida em relação»¹².

De referir ainda que, não obstante a dimensão do direito à reserva da intimidade da vida privada no ordenamento jurídico português seja muito abrangente, essa abrangência não se compara com o norte-americano *right to privacy*, que surge como a expressão fundamental de todos os direitos pessoais dos cidadãos.

Mas não só na CRP se encontra consagrada a proteção do direito à reserva da intimidade da vida privada. Com efeito, a importância atribuída à preservação da intimidade da vida privada, em cuja esfera se incluem os dados pessoais levou a que o legislador a tenha protegido com uma dupla tutela: enquanto direito fundamental consagrado na CRP e enquanto direito de personalidade, consagrado no CC.

Porém, não só no artigo 80.º do Código Civil se encontra protegido o bem jurídico da reserva da intimidade da vida privada. No artigo 70.º¹³ do mesmo diploma encontra-se um mecanismo geral de tutela da personalidade, que estabelece medidas e meios de reação de modo a fazer cessar a ofensa do direito, impedir que essa mesma ofensa se consuma ou, em alternativa, a atenuar os efeitos que uma eventual violação acarreta. Do

¹² Acórdão 278/1995, de 31 de maio de 1995, disponível em <http://www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos/19950278.html>

¹³ Refere o n.º 1 do artigo 70.º do CC que “[a] lei protege os indivíduos contra qualquer ofensa ilícita ou ameaça de ofensa à sua personalidade cívica ou moral”. Por seu lado, o n.º 2 dispõe que “independentemente da responsabilidade civil a que haja lugar, a pessoa ameaçada ou ofendida pode requerer as providências adequadas às circunstâncias do caso, com o fim de evitar a consumação da ameaça ou atenuar os efeitos da ofensa já cometida”.

mesmo modo, consagra ainda a responsabilidade civil, reforçada com o acolhimento da ressarcibilidade dos danos extrapatrimoniais emergentes da violação do direito¹⁴.

A necessidade sentida pelo legislador de reforçar a previsão da proteção deste direito também na legislação ordinária resulta do facto de as normas constitucionais não raras vezes perderem, por um lado, o contacto com a realidade prática fundamental para a efetividade aplicativa do Direito, e, consequentemente, por outro, o rigor e clarividência indispensáveis à regulação cabal das relações sociais. Assim, e dado o grau de imprecisão que frequentemente se verifica, cabe ao legislador ordinário suprir tais imprecisões através da densificação do conteúdo das normas constitucionais. É precisamente este o caso que se verifica relativamente ao artigo 80.º do CC porquanto este preceito não altera em medida alguma o direito à intimidade já consagrado pelo artigo 26.º da CRP. A disposição do CC visa antes a concretização da norma constitucional, limitando-se a clarificar e interpretar conceitos¹⁵. De facto¹⁶, “*a lei não faz mais do que aclarar os limites imanentes de um direito fundamental.*”

O conceito jurídico de vida privada não é de fácil definição¹⁷, abarcando na sua génese vários aspetos, havendo mesmo quem considere que o conceito de reserva da intimidade da vida privada comporta dois *subdireitos*: em primeiro lugar, o direito de impedir o acesso de estranhos a informações sobre a vida privada e familiar e, em segundo lugar, o direito a que ninguém divulgue as informações que tenha sobre a vida privada de outrem¹⁸.

Reiterando a dificuldade em definir o seu conceito, o direito à reserva da intimidade da vida privada é, tendo em conta a sua amplitude e à quantidade de dimensões que abrange, de difícil definição. Neste sentido, torna-se natural que a sua realização se

¹⁴ CABRAL, Rita Amaral, *idem*, *ob.cit.*, pág. 11.

¹⁵ CABRAL, Rita Amaral, *idem*, *ob.cit.*, pág. 33.

¹⁶ BACHOF, *apud* CABRAL, Rita Amaral, *idem*, *ob.cit.*

¹⁷ A indefinição do conceito resulta, desde logo, do facto de lei fazer depender a sua aplicabilidade do critério do julgador. Segundo LIMA, Pires de e VARELA, Antunes, Código Civil Anotado, 4.ª Edição Revista e Atualizada, Vol. I, Coimbra Editora, pág. 110 “... a aplicação prática deste artigo fica, em grande medida, dependente do critério do julgador. Há, todavia, duas bases objetivas a que este deve atender. Uma assenta na natureza do caso, dado que a divulgação dos factos da vida íntima da pessoa pode ofender em maior ou menor grau o seu decoro, respeitabilidade ou bom nome. Outra reporta-se à condição das pessoas, pois varia bastante, de acordo com ela, a reserva que as pessoas guardam ou exigem quanto à sua vida particular.”

¹⁸ CANOTILHO, J.J. Gomes e MOREIRA, Vital, *Constituição Anotada*, 3.ª edição revista, 1993, p. 181.

desdobre em variadas dimensões, e bem assim em vários diplomas normativos. Com efeito, a proteção de tal direito é concretizada através da consagração de vários outros direitos fundamentais como sejam o direito à inviolabilidade do domicílio e da correspondência¹⁹, a proibição de tratamento informático de dados relativos à vida privada²⁰, bem como na lei ordinária, de que é exemplo o dever de sigilo profissional que não pode, nessa medida, deixar de ser considerado como um direito que deriva diretamente da norma constitucional. Desta forma, não será incorreto afirmar que o direito à reserva da intimidade da vida privada é um direito constituído por vários direitos instrumentais através dos quais se efetiva.

Mas não só no ordenamento jurídico nacional se encontra plasmada a proteção de tais direitos. Como supra referido, o mesmo se verifica nos diversos diplomas de direito internacional a que Portugal se encontra vinculado, aplicáveis no ordenamento jurídico nacional por força do artigo 8.º da CRP.

Ademais, o direito à reserva da intimidade da vida privada não só se encontra garantido pelo já citado artigo 26.º da CRP, mas também pelo seu artigo 16.º, que determina a aplicação das normas de direito internacional relativas a esta matéria.

Ora, é notória a preocupação em garantir a proteção dos aspetos da vida privada dos cidadãos por parte das várias jurisdições. Estamos em crer que se justifica pelo intenso desenvolvimento tecnológico que se verifica na sociedade em que vivemos. De facto, as tecnologias existentes permitem, no panorama atual, que os estados vigiem e acedam a todos os aspetos da vida dos cidadãos, rastreando todos os seus passos e imiscuir-se no seio dos aspetos mais reservados da sua vida - recorde-se a este propósito o escândalo desencadeado pelas revelações feitas pelo antigo analista da *National Security Agency* dos Estados Unidos da América que revelou os procedimentos e programas que permitiam à agência rastrear todos os passos de largos milhares de pessoas por todo o mundo.

Como forma de conter este fenómeno, vários ordenamentos jurídicos têm progressivamente criado condições para garantir que os cidadãos tenham um “direito ao

¹⁹ Artigo 34.º da CRP.

²⁰ Artigo 35.º, n.º 3 da CRP.

isolamento”, consagrando uma proteção eficaz da intimidade da vida privada. Fundamentalmente, o que se pretende com a proteção progressivamente mais efetiva é, nas palavras de CAPELO DE SOUSA²¹, que os cidadãos não estejam sujeitos a “...um sistema claustrofóbico, kafkiano, em que um orwelliano Big Brother controla todos os seus passos e lhe demarca os horizontes, perscrutando e espiolhando toda a sua existência.”

Assim, tal como referido anteriormente, o direito à reserva da intimidade da vida privada não tem uma delimitação clara, refletindo-se nas mais variadas dimensões, sendo a definição do que deve ou não estar abrangido pelo direito à reserva alvo das mais variadas interpretações.

ii. A PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL DA SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA DOS CIDADÃOS

Como vimos referindo, o princípio da reserva da intimidade da vida privada comporta, na sua essência, uma variedade de dimensões e manifestações que tornam tarefa difícil enquadrar de forma inequívoca os limites da sua abrangência, isto é, definir claramente aqueles aspetos da vida do cidadão que a lei entende como factos reservados e portanto merecedores de proteção legal.

Um dos domínios onde se tem verificado alguma controvérsia na delimitação da reserva da vida privada, e que por ora nos interessa, é o relativo à vida económico-financeira do cidadão enquanto manifestação da sua personalidade. De facto, não existe uma posição consensual sobre esta matéria, registando-se neste campo algumas divergências doutrinárias. Por um lado, J.J. GOMES CANOTILHO e VITAL MOREIRA²² têm sustentado que “a teleologia intrínseca dos direitos de personalidade justifica fundamentalmente o «direito ao segredo do ser» (direito à imagem, direito à voz, direito à reserva da intimidade da vida privada). É problemática a inclusão nestes direitos de personalidade do pretense «direito ao segredo do ter» (segredo bancário, segredo dos recursos financeiros e patrimoniais, sigilo fiscal). Além de não haver qualquer princípio ou regra constitucional a dar guarida normativa a um «segredo do ter» (...)”

²¹ SOUSA, Rabindranath Capelo de, *O Segredo Bancário*, Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Inocêncio Galvão Telles, Vol. II Direito Bancário, Dezembro de 2002, Almedina, Coimbra, pp. 177.

²² CANOTILHO, J.J. Gomes e MOREIRA, Vital, *ob. cit.*, pp. 468 e 469.

Em sentido divergente encontra-se a posição de MENEZES CORDEIRO²³. Entende o Professor que “*Em termos jurídico-positivos, o segredo bancário começa por se apoiar na própria Constituição e, designadamente, nos seus artigos 26.º/1 (intimidade da vida privada e familiar) e 25.º (integridade moral das pessoas).*” Acrescenta o mesmo autor que “*o Direito Bancário acompanha, hoje, quase todas as operações patrimoniais praticadas pelas pessoas. O banqueiro pode, através da análise dos movimentos das contas de depósitos ou dos movimentos com cartões, seguir a vida dos cidadãos. O banqueiro (...) não o fará: não o deve fazer. Mas facultar tais elementos a terceiros é por cobro à intimidade das pessoas.*”²⁴

iii. A JURISPRUDÊNCIA ENQUANTO FORMA DE CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO À RESERVA DA INTIMIDADE DA VIDA PRIVADA

Face à dificuldade em definir de forma inequívoca a abrangência do direito à reserva da intimidade da vida privada, a jurisprudência tem, como é bom de ver, um papel fundamental na concretização do conceito. De facto, uma vez que a lei não permite extrair com clareza o âmbito de aplicação e abrangência do instituto, cabe à jurisprudência, através da análise casuística, contribuir para uma melhor compreensão dos contornos da esfera da vida privada que o ordenamento jurídico português estatui.

Num primeiro momento, coube à jurisprudência a tarefa de estabelecer as fronteiras entre os aspetos da esfera estritamente íntima, e por isso absolutamente inviolável e, por outro lado, estabelecer os aspetos em que, face à sua natureza, possibilitam uma ponderação e avaliação quando confrontados com outros valores. Ou seja, para estes últimos, a proteção da vida privada passou a depender de juízos valorativos com interesse público²⁵.

²³ CORDEIRO, António Menezes, *ob. cit.*

²⁴ CORDEIRO, António Menezes, *idem, ob. cit.*, pp. 364

²⁵ RIBEIRO, Pedro Joaquim Cardoso, *Dados bancários enquanto dados sensíveis*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Direito da Universidade do Porto, 2011, disponível em <https://repositorioaberto.up.pt/bitstream/10216/69754/2/5234.Dados%20Banc%C3%A1rios%20enquanto%20Dados%20Sens%C3%ADveis>

Para este exercício, o TC necessitou de lançar mão de variados critérios que lhe permitam identificar os aspetos da vida privada que merecem proteção constitucional, tendo, em primeiro lugar, lançado mão do denominado critério espacial que questiona fundamentalmente o local em que os factos se verificaram, ou seja, se os factos se manifestaram ou não em público.

Entendeu o TC, no seu Acórdão n.º 128/92, de 1 de abril de 1992²⁶ que “[o] direito à reserva da intimidade da vida privada e familiar (...) Trata-se do direito de cada um a ver protegido o espaço interior ou familiar da pessoa ou do seu lar contra intromissões alheias.” O Acórdão 355/97, datado de 7 de maio de 1997²⁷ veio ainda estender a proteção constitucional aos dados de saúde, informações atinentes à origem étnica, vida familiar, sexual, registo criminal, situação patrimonial e financeira.

Posteriormente, e no âmbito da discussão da possibilidade da utilização de informações íntimas do arguido como meio de prova em processo penal, entendeu o TC²⁸ que “...deve considerar-se que a densificação material e axiologicamente fundada de uma abusiva intromissão na reserva da vida privada – que qua tale se afirma constitucionalmente vedada –, não pode dispensar, como definens, a consideração do limite, ineliminável e intransponível, da dignidade e da integridade da pessoa humana. Esta pedra angular da juridicidade impõe, nemine contradicente, que os interesses gerais da investigação e da prossecução da justiça penal terão de ser sacrificados sempre que contendam com esta reserva absoluta de pessoalidade.” Estamos em crer que este entendimento do TC constitui a prova irrefutável da ponderação dos interesses em jogo, não fazendo a jurisprudência a aplicação automática do princípio sem antes proceder a uma juízo ponderativo.

Face ao exposto, outra não pode ser a conclusão senão a de que o TC tem sido o principal interprete das normas que consagram o direito à reserva da intimidade da vida privada. A definição das balizas e da abrangência deste direito, bem como perante que outros direitos e em que circunstâncias deve este ceder – recorde-se a este propósito o critério espacial acima mencionado – são em larga medida construções jurídicas que

²⁶ Disponível em <http://www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos/19920128.html>

²⁷ Disponível em <http://www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos/19970355.html>

²⁸ Acórdão n.º 607/2013, de 5 de dezembro de 2003, disponível em <http://www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos/20030607.html>

têm vindo a ser progressivamente a ser completadas e aperfeiçoadas pela jurisprudência e que permitem, em ultima análise, a adaptação e aplicação dos preceitos constitucionais aos casos concretos que deles necessitam.

iv. OS DADOS BANCÁRIOS ENQUANTO DADOS MERECEDORES DE PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL

Como demonstrado no ponto anterior, o TC consagrou expressamente proteção constitucional aos aspetos económico-financeiros dos cidadãos. Como bem observou MENEZES CORDEIRO, eles confundem-se atualmente com operações bancárias, sendo que a esmagadora maioria destes aspetos contam com a participação de, pelo menos, uma instituição bancária. De facto, para o recebimento do salário, as poupanças, os investimentos, os créditos à habitação ou ao consumo, os cidadãos recorrem a instituições bancárias que acabam por se tornar quase na extensão da dimensão financeira da personalidade dos cidadãos. Sendo para nós claro que o aspeto financeiro assume hoje uma relevância fundamental na vida de qualquer cidadão, os dados e aspetos a esta dimensão adquirem semelhante importância. Pelo que não será exagerado dizer que os bancos sabem tanto da vida financeira dos cidadãos quanto eles próprios. Senão vejamos: é do conhecimento do banco, *inter alia* o salário do seu cliente, as dívidas, o património, a liquidez, pelo que não será despropositado afirmar que a informação relativa aos cidadãos e que se encontra na posse dos bancos se reveste da maior sensibilidade.

Assim, cumpre aferir se os dados bancários devem ser considerados dados pessoais para efeitos de aplicação do seu regime, nomeadamente se se encontram abrangidos pelo artigo 26.º da CRP e por todas as normas de proteção que derivam daquela disposição constitucional. Mais uma vez, devido à falta de concretização que nesta sede se verifica, teremos que lançar mão da jurisprudência emanada pelo TC.

Referindo-se ao segredo bancário – instituto que adiante abordaremos em pormenor – refere o Acórdão 602/2005, de 2 de novembro de 2005²⁹ que “...no tocante a este problema, de um primeiro passo, hipotiza-se que a matéria de sigilo bancário (...) possa ser perspectivada como sendo respeitante a direitos, liberdades ou garantias, na

²⁹ Disponível em <http://www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos/20050602.html>

medida em que, como tem sido sustentado por alguma doutrina, a situação económica dos cidadãos espelhada nas respetivas contas bancárias, fará parte do âmbito de proteção do direito à reserva da intimidade da vida privada, constituindo o segredo bancário um corolário dessa reserva, por constituir uma súpula do relacionamento entre o banqueiro e o seu cliente e respetiva conta, através da qual, em geral, são processados dados de onde se pode retirar boa parte do giro económico do particular que, muitas vezes, reflete dados relacionados com a sua vida privada...”

No mesmo sentido, o Acórdão n.º 442/2007, de 14 de agosto de 2007³⁰, refere que “[n]o caso particular dos dados e documentos na posse de instituições bancárias, concernentes às suas relações com os clientes, há um argumento suplementar, que cremos decisivo, nesse sentido. Mormente no que respeita às operações passivas de movimentação da conta, não é apenas, nem é tanto, o conhecimento da situação patrimonial, em si mesma, que pode ser intrusivo da privacidade. O que sobremaneira importa é o facto de esse conhecimento, numa época em que se vulgarizou e massificou a realização de transações através dos movimentos em conta, designadamente pela utilização de cartões de crédito e de débito – o chamado “dinheiro de plástico” – propiciar um retrato fiel e acabado da forma de condução de vida, na esfera privada, do respetivo titular. É sobretudo como instrumento de garantia de dados referentes à vida pessoal, de natureza não patrimonial, que, de outra forma, seriam indiretamente revelados, que o sigilo bancário deve ser constitucionalmente tutelado.”

Em face do conteúdo destes acórdãos, é então legítimo afirmar que, por si só, o conhecimento da situação financeira de um cidadão não tem natureza intrusiva. Porém, o conhecimento dessa situação pode, face às características do mercado bancário, permitir a reconstituição de uma parte muito significativa da vida do cidadão³¹, e isso sim deve ser protegido pela norma constitucional.

Refira-se a título de curiosidade que se descortina na presente decisão uma divergência doutrinária entre a posição sufragada pelo TC e aquele que defendem J.J. GOMES CANOTILHO e VITAL MOREIRA quando sustentam que o segredo bancário é um direito

³⁰ Disponível em <http://www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos/20070442.html>

³¹ Diga-se a este respeito que o extrato do cartão bancário de um cidadão permite desde logo conhecer por onde andou, onde comeu, onde dormiu, quanto gastou e bem assim uma série de outros aspetos da sua vida privada que devem manter-se exclusivamente na esfera da vida privada dos cidadãos.

ao “segredo do ter” que não se inclui, para estes autores no âmbito do direito à reserva sobre a intimidade da vida privada. Com efeito, refere o Acórdão que *“através da análise do destino das importâncias pagas na aquisição de bens ou serviços, pode facilmente ter-se uma percepção clara das escolhas e do estilo de vida do titular da conta, dos seus gostos e propensões, numa palavra, do seu perfil concreto enquanto ser humano. O conhecimento de dados económicos permite, afinal, a invasão da esfera pessoal do sujeito, com revelação de facetas da sua individualidade própria – daquilo que ele é e não apenas daquilo que ele tem. Conhecimento que, por sua vez, e para além de tudo o mais, é suscetível de exploração económica (veja-se o florescente mercado de informações sobre dados dos consumidores), propiciando afinadas estratégias de marketing, frequentemente violadoras do direito à reserva, agora na sua veste de direito a estar só.”*

A este propósito, mencione-se ainda o Acórdão 278/95, de 31 de maio de 1995³² que, decidindo sobre se o exame de quaisquer elementos em poder de estabelecimentos bancários, referentes a nomes de clientes, contas de depósito e seus movimentos, operações bancárias, cambiais e financeiras ou daí obtidas, quando se mostrem indispensáveis à realização das respetivas tarefas, é organicamente inconstitucional, porque versa sobre direitos, liberdades e garantias, matéria englobada na reserva relativa de competência legislativa da Assembleia da República, reafirma o segredo bancário enquanto forma de tutela do direito à reserva da intimidade da vida privada, ao afirmar que *“[t]endo em conta a extensão que assume na vida moderna o uso de depósitos bancários em conta corrente, é, pois, de crer que o conhecimento dos seus movimentos ativos e passivos reflete grande parte das particularidades da vida económica, pessoal ou familiar dos respetivos titulares. Através da investigação e análise das contas bancárias, torna-se, assim, possível penetrar na zona mais estrita da vida privada. Pode dizer-se, de facto, que, na sociedade moderna, uma conta corrente pode constituir “a biografia pessoal em números”.* Assim, entendeu o Tribunal no mesmo aresto que *“...a situação económica do cidadão, espelhada na sua conta bancária, incluindo as operações ativas e passivas nela registadas, faz parte do âmbito de proteção do direito à reserva da intimidade da vida privada, condensado no artigo 26º, nº 1, da Constituição, surgindo o segredo bancário como um instrumento de garantia deste*

³² Disponível em <http://www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos/19950278.html>

direito. De facto, numa época histórica caracterizada pela generalização das relações bancárias, em que grande parte dos cidadãos adquire o estatuto de cliente bancário, os elementos em poder dos estabelecimentos bancários, respeitantes designadamente às contas de depósito e seus movimentos e às operações bancárias, cambiais e financeiras, constituem uma dimensão essencial do direito à reserva da intimidade da vida privada constitucionalmente garantido.”

Sucedem que nem todos os tribunais postergam a mesma posição. Deste mesmo facto é exemplo o Acórdão proferido pelo STJ no âmbito do processo 159/07.6TVPRT-D.P1.S1, de 17 de dezembro de 2009³³, que considerou que “*a exigência da divulgação dos elementos da conta bancária de uma das partes que permitam o apuramento da situação patrimonial da outra, em causa pendente, no âmbito do, estritamente, indispensável à realização dos fins probatórios visados por aquela, e com observância rigorosa do princípio da proibição do excesso, é garantia da justa cooperação das partes com o Tribunal, com vista à descoberta da verdade, à luz da doutrina da ponderação de interesses, sob pena de insanável comprometimento do direito da autora a produzir as provas que indicou e a alcançar uma tutela jurisdicional efetiva, com o consequente e inequívoco abuso de direito da parte que a tal se opõe.*”

Mais se refira o entendimento do STA³⁴ que, por Acórdão de 26 de julho de 2016 entendeu que “*...nem todos aceitam como pacífico que o direito ao sigilo bancário se configure como «uma dimensão do direito à reserva da intimidade da vida privada e familiar, consagrado no artigo 26º, nº 1, da Constituição».* Para os que divergem deste entendimento, a quebra do sigilo bancário não poderá ofender aquela reserva, mas só a privacidade, esta entendida como uma esfera mais alargada do que aquela, em que se inserem dados patrimoniais e económicos, objeto de proteção constitucional menos intensa (cfr. SALDANHA SANCHES, in *SEGredo BANCÁRIO, SEGredo FISCAL: UMA PERSPECTIVA FUNCIONAL*, in *FISCALIDADE*, nº 21, pág. 33 a 42). Porém, mesmo estes não deixam de conceder que a privacidade beneficia dessa proteção constitucional, apenas com diferença de grau

³³Disponível em

<http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/afc9ab905314256e802576a1004f9d9c?OpenDocument>

³⁴ Acórdão do STA proferido no âmbito do Processo n.º 0665/06, disponível em http://www.dgsi.pt/jsta.nsf/35fbbbf22e1bb1e680256f8e003ea931/c713ebb8a6bde1e1802571e8003c573f?OpenDocument&ExpandSection=1&Highlight=0,0665%2F06#_Section1

relativamente à intimidade da vida privada e familiar”, assim defendendo, a exemplo do STJ a limitação do sigilo bancário.

Por referência ao direito geral de personalidade, afirmam JORGE MIRANDA e RUI MEDEIROS³⁵ que “*A consagração deste direito postula a tutela abrangente de todas as formas de lesão de bens de personalidade independentemente de estarem ou não tipicamente consagrados.*”

Resulta claramente da exposição de jurisprudência efetuada acima que a interpretação efetuada pelos tribunais superiores das normas legais aplicáveis vai no sentido de, ainda que com maior ou menor amplitude, considerar que os dados bancários se encontram abrangidos pelas normas que protegem a reserva da intimidade da vida privada. Ainda que se lhe atribua maior ou menor abrangência, é um facto inequívoco que a inclinação para entender estes como sendo parte daqueles. Assim, e face ao que antecede, não será despropositado afirmar a existência de um direito ao sigilo bancário, que consistirá num direito a manter sob reserva as informações relativas à situação económico-financeira dos cidadãos.

v. OS DADOS BANCÁRIOS COMO DADOS PESSOAIS

Feita a explanação sobre a tutela conferida pela Lei à reserva da intimidade da vida privada e o enquadramento dos dados bancários neste contexto, cumpre agora analisar se os dados bancários poderão também considerar-se dados pessoais.

Nesta sede, releva em particular a Lei n.º 67/98, de 26 de outubro, que transpõe para a ordem jurídica portuguesa a Diretiva n.º 95/46/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de outubro de 1995, relativa à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento dados pessoais e à livre circulação desses dados, também designada Lei de Proteção de Dados Pessoais.

Nos termos da alínea a) do artigo 3.º da mencionada lei, consideram-se dados pessoais “*qualquer informação, de qualquer natureza e independentemente do respetivo suporte,*

³⁵ MIRANDA, Jorge e MEDEIROS, Rui, *Constituição Portuguesa Anotada*, Tomo I, 3.ª Edição, Coimbra Editora, pp. 607.

incluindo som e imagem, relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável ('titular dos dados'); é considerada identificável a pessoa que possa ser identificada direta ou indiretamente, designadamente por referência a um número de identificação ou a um ou mais elementos específicos da sua identidade física, fisiológica, psíquica, económica, cultural ou social". A alínea b) do mesmo artigo fornece a noção de tratamento de dados pessoais enquanto a "...operação ou conjunto de operações sobre dados pessoais, efetuadas com ou sem meios automatizados, tais como a recolha, o registo, a organização, a conservação, a adaptação ou alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a comunicação por transmissão, por difusão ou por qualquer outra forma de colocação à disposição, com comparação ou interconexão, bem como o bloqueio, apagamento ou destruição."

Como resulta dos dois preceitos transcritos, a lei encarrega-se de providenciar a definição de dados pessoais e bem assim estabelece a forma pela qual estes dados devem ser tratados, acrescentado no artigo 2.º o princípio geral segundo o qual *"o tratamento de dados pessoais deve processar-se de forma transparente e no estrito respeito pela reserva da vida privada, bem como pelos direitos, liberdades e garantias fundamentais."*

Face ao conteúdo das normas acima transcritas, não se afigura problemático afirmar que os dados bancários se incluem na categoria de dados pessoais que a lei pretende proteger. De facto, e evitando uma excessiva exposição, será de referir apenas que parte significativa dos dados relativos a clientes de que os bancos dispõem são idóneos a identificar *"...direta ou indiretamente, designadamente por referência a um número de identificação ou a um ou mais elementos específicos da sua identidade física, fisiológica, psíquica, económica, cultural ou social."* Com efeito, associados a uma conta bancária encontram-se dados que permitem identificar uma determinada pessoa: o nome, o número de bilhete de identidade ou cartão de cidadão, o número de identificação fiscal, a morada, a profissão, número de telefone, número de telemóvel e *email*. No entanto, parece também correto afirmar que o legislador não negligenciou este aspeto, quando especificamente referiu a identidade económica do titular dos dados na definição de dados pessoais.

Face ao antecedente, é por demais evidente que os dados bancários são dados pessoais, como é também seguro que estes últimos integram o âmbito da reserva da vida privada dos cidadãos que a legislação consagra e protege. Diga-se até que, a relevância atribuída aos dados bancários é de tal ordem que existe um regime específico a que estão sujeitos estes dados: o segredo bancário.

C. O Segredo Bancário

i. ORIGEM HISTÓRICA

Falar de dados bancários e da proteção de que gozam implica obrigatoriamente falar sobre o segredo bancário. É através deste mecanismo que é assegurado que os dados disponibilizados no âmbito de uma relação bancária não são do domínio público.

A missão de proteger e guardar os valores entregues pelos seus clientes sempre foi, quiçá, a maior preocupação dos banqueiros. Fazendo uso do seu especial conhecimento da lei, aconselhavam os seus clientes quanto aos negócios a realizar, razão pela qual estes lhe confiavam os seus segredos. Nem mesmo a proibição da prática da usura instituída pela Igreja Católica, sob o argumento de que o juro é o preço do tempo e o tempo pertence a Deus impediu o desenvolvimento da atividade bancária que então se verificou. De facto, esta proibição foi posteriormente contestada e questionada por muitos que, inspirados pelos ensinamentos de Calvino, consideravam incompreensível que um proprietário de terra pudesse arrendá-la, enquanto ao proprietário do capital não fosse lícito fazer o mesmo³⁶.

A primeira legislação bancária conhecida que parece indiciar a existência de um instituto semelhante ao segredo bancário terá surgido na Babilónia denominando-se Código de Hamourabi. Nos termos deste normativo, o banqueiro – que poderia também ser um particular – teria necessariamente que possuir a confiança dos seus clientes, visto que tinha, não raras vezes funções notariais. Neste sentido, a revelação da informação

³⁶ NIGRI, Tânia, *Países terão de buscar outra fonte de sustento*, disponível em <http://oab-ba.jusbrasil.com.br/noticias/1039651/paises-terao-de-buscar-outra-fonte-de-sustento>

constate dos seus arquivos apenas poderia ser revelada em caso de conflito com os seus clientes³⁷.

Posteriormente, na civilização greco-romana, a exibição dos registos bancários apenas poderia ser feita perante o Tribunal, caso se verificasse a existência de um litígio entre o banqueiro e o seu cliente, não podendo o banqueiro revelar mais do que o necessário ou conveniente a provar os factos em discussão.

Não obstante estar tacitamente previsto e de ser respeitado no comércio bancário, o instituto do segredo bancário apenas passa a estar expressamente previsto nos estatutos de sociedades dedicadas ao negócio bancário com o italiano Banco de Santo Ambrósio e, posteriormente, com o Banco de Hamburgo. De lá para cá, o instituto tem vindo a desenvolver-se e adaptar-se à evolução da sociedade e das formas de negócio. Assim, e numa perspetiva moderna, o segredo bancário adaptou-se aos novos modelos de gestão e negócio, potenciados pelo aumento do número de clientes, bem como dos produtos e serviços disponibilizados. A importância que o sistema bancário assumiu na sociedade atual implica então o surgimento de um interesse por parte dos estados em proteger e regulamentar de forma tão pormenorizada quanto possível todos os aspetos ligados à atividade bancária, fenómeno que naturalmente se estendeu ao campo do segredo bancário. De facto, o regular funcionamento da atividade pressupõe um clima de confiança no sistema bancário e nas instituições que o integram, que visa fundamentalmente intensificar a confiança dos cidadãos que recorram aos seus serviços. Assim se justifica “...o reconhecimento do segredo bancário em múltiplas leis e compilações modernas, a ponto de ele ter adquirido o estatuto de um aceite direito constitucional (...)”³⁸ Além dos aspetos inerentes ao desenvolvimento da atividade em si mesma, também os meios hoje colocados ao seu dispor aumentam exponencialmente a necessidade da existência do segredo bancário, nomeadamente o tratamento através do recurso a meios informáticos. De facto, a acumulação e a informatização de dados pessoais dos clientes - particularmente os relativos às operações de concessão de crédito - reforçam e atestam a necessidade da existência de um instituto como este.³⁹

³⁷ SOUSA, Rabindranath Capelo de, *idem, ob. cit.*, pág. 158

³⁸ SOUSA, Rabindranath Capelo de, *idem, ob. cit.*, pág. 160

³⁹ *Idem.*

Nas palavras de MENEZES CORDEIRO, diz-se obrigação de sigilo o dever de não revelar determinados conhecimentos ou informações⁴⁰, que se consubstancia numa obrigação de *non facere*⁴¹. Esta obrigação de sigilo manifesta-se nas mais variadas realidades. Relembre-se a este propósito o dever de segredo a que estão sujeitos os sacerdotes relativamente aos factos que lhe são confiados pelos fiéis, o dever de sigilo dos médicos em relação aos seus doentes, o segredo profissional que se aplica aos advogados relativamente aos assuntos dos seus clientes, muitas vezes fiscalizados e sancionados por organismos deontológicos próprios e cuja única função é a de garantir o respeito pelo instituto. O denominador comum de todas estas formas de sigilo será então a necessidade de tutela da confiança nas relações interpessoais.

ii. EVOLUÇÃO LEGISLATIVA EM PORTUGAL

No século XVIII, surgem as primeiras referências ao segredo no âmbito da atividade comercial em Portugal. Não obstante a aplicação do segredo às operações comerciais ser já prática corrente, a primeira referência escrita ao instituto surge apenas em 1822⁴², no regulamento do Banco de Lisboa. Posteriormente, veio a surgir também no regulamento Administrativo do Banco de Portugal que, punia com o despedimento o empregado que revelasse informação relativa a operações bancárias de particulares. Paralelamente à responsabilidade disciplinar, estaria ainda sujeito ao regime da responsabilidade civil que era, nestes casos extensível ao banco, de acordo com o estatuído pelo Código de Seabra.

Nesse âmbito, a consagração do segredo pelo regulamento Administrativo do Banco de Portugal denotava já então algum cariz legislativo, tanto mais se conjugado com a norma sobre responsabilidade civil contida no Código de Seabra. Porém, a primeira referência legislativa geral aplicável a todas as instituições de crédito relativa ao segredo bancário surge apenas com o Decreto-Lei n.º 47.909, de 7 de setembro de 1967.

⁴⁰ CORDEIRO, António Menezes, *idem, ob. cit.*, pág. 352

⁴¹ Não obstante, segundo o mesmo autor, o seu cumprimento poder, exigir num plano acessório atuações positivas como seja fechar portas e gavetas, usar cofres, codificar elementos, consoante a intensidade necessária de proteção.

⁴² SOUSA, Rabindranath Capelo de, *idem, ob. cit.*, pág. 172

Pouco tempo depois, em consequência da revolução de 25 de abril de 1974, os dados bancários de vários cidadãos são revelados e expostos em praça pública, acessíveis a qualquer pessoa. Face a tal fenómeno, verificou-se a necessidade de reforçar os mecanismos de aplicação do segredo bancário, nomeadamente através do Decreto-Lei n. 729-F/75, de 22 de dezembro, que veio estabelecer a orgânica de gestão e fiscalização das instituições de crédito nacionalizadas, bem como do Banco de Angola e do Banco Nacional Ultramarino. Paralelamente, foi reformulado o preceito do CP atinente ao segredo bancário que reforçou o regime da punição para quem revelasse dados sujeitos a sigilo. A final, refira-se o Decreto-Lei n.º 2/78, de 9 de janeiro⁴³, que veio efetivamente regular o segredo bancário, sendo o primeiro diploma a estabelecer a sua disciplina, afirmando o seu preâmbulo que *“é, pois, chegado o momento de se ensaiar diploma de âmbito geral, caracterizador do segredo bancário, até porque, por um lado, se impõe, também, abranger as instituições de crédito não nacionalizadas e, por outro, a Lei Orgânica do Banco de Portugal e o texto regulador da orgânica de gestão e fiscalização das instituições nacionalizadas não alcançaram, na matéria, a desejável uniformidade. Passa, deste modo, Portugal a enfileirar no numeroso grupo de países nos quais estão em vigor disposições regulando, expressamente, o segredo bancário.”*

A evolução do segredo bancário dá-se então através da passagem de um regime em que o instituto tem apenas uma base contratual e de boa-fé para uma fase em que passa a ter previsão legislativa expressa, com uma tutela particularmente forte, envolvendo a sua violação a existência para o infrator de responsabilidade disciplinar, civil e criminal. Assim, o segredo bancário assenta hoje no direito à reserva da intimidade da vida privada e familiar dos seus clientes, que comporta zonas pessoais, profissionais e económicas.

iii. O REGIME ATUAL – O RGICSF

Como resulta das linhas anteriores, o segredo bancário tem vindo a ser progressivamente reforçado no ordenamento jurídico português. Sem prejuízo das fases em que se verificou um desrespeito significativo pelo instituto, o legislador preocupou-se sempre em reforça-lo, porquanto este salvaguarda os direitos fundamentais das

⁴³ Disponível em <https://dre.tretas.org/dre/12825/>

peçoas, a confiança do público e da generalidade dos cidadãos no sistema financeiro, o que se traduz num interesse fundamental de natureza do Estado⁴⁴.

A temática do segredo bancário surge atualmente regulada no RGICSF, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro. Com efeito, o artigo 78.º do RGICSF⁴⁵ impõe a sujeição dos membros dos órgãos de administração ou de fiscalização das instituições de crédito, seus empregados, mandatários, comissários bem como outras pessoas que lhe prestem serviços a título permanente ou ocasional ao sigilo, estabelecendo o n.º 2 do mesmo preceito que estão sujeitos a sigilo designadamente os nomes dos clientes, as contas de depósito e seus movimentos bem como as restantes operações bancárias.

A norma pretendeu, como é simples concluir, abranger toda e qualquer pessoa que tenha relação com a instituição bancária. Este facto é comprovado pela enumeração particularmente extensiva das pessoas que estão sujeitas ao sigilo. Por outro lado, o legislador teve a preocupação de clarificar no número 2 do mesmo preceito quais as informações que estão sujeitas a sigilo.

Já o artigo 79.º do mesmo preceito especifica em que circunstâncias é que o segredo bancário pode ser afastado e revelados os dados a ele sujeitos⁴⁶. Assim, o segredo pode

⁴⁴ RAMOS, Maria Célia, *O sigilo bancário em Portugal – Origens, evolução e fundamentos*, in *Sigilo Bancário*, Diogo Leite de Campos e outros, Instituto de Direito Bancário, Edições Cosmos, Lisboa, 1997, pp. 137.

⁴⁵ Artigo 78.º do RGICSF:

*“1 - Os membros dos órgãos de administração ou fiscalização das instituições de crédito, os seus colaboradores, mandatários, comissários e outras pessoas que lhes prestem serviços a título permanente ou ocasional não podem revelar ou utilizar informações sobre factos ou elementos respeitantes à vida da instituição ou às relações desta com os seus clientes cujo conhecimento lhes advenha exclusivamente do exercício das suas funções ou da prestação dos seus serviços.
2 - Estão, designadamente, sujeitos a segredo os nomes dos clientes, as contas de depósito e seus movimentos e outras operações bancárias.
3 - O dever de segredo não cessa com o termo das funções ou serviços.”*

⁴⁶ Artigo 79.º do RGICSF:

“1 - As pessoas que exerçam ou tenham exercido funções no Banco de Portugal, bem como as que lhe prestem ou tenham prestado serviços a título permanente ou ocasional, ficam sujeitas a dever de segredo sobre factos cujo conhecimento lhes advenha exclusivamente do exercício dessas funções ou da prestação desses serviços e não poderão divulgar nem utilizar as informações obtidas.

2 - Os factos e elementos cobertos pelo dever de segredo só podem ser revelados mediante autorização do interessado, transmitida ao Banco de Portugal, ou nos termos previstos na lei penal e de processo penal.

ser afastado desde logo pela anuência do cliente, desde que transmita esta autorização à instituição bancária, sendo esta a única forma de derrogar o segredo bancário.

Porém, o legislador previu e criou soluções para que fosse possível aceder a dados sujeitos a sigilo bancário sem autorização do seu titular. É que, como será bom de ver, esta obrigação de sigilo poderia ser facilmente utilizada em sentido contrário à lei, impedindo o acesso a informação fundamental para a prossecução de objetivos maiores, de que são exemplo o combate ao terrorismo o combate ao branqueamento de capitais e a supervisão das instituições e do mercado financeiro por parte dos reguladores. Pelo que, estabeleceu, no número 2 do artigo 79.º do RGICSF uma série de entidades e circunstâncias em que é permitida a revelação de dados sujeitos a segredo bancário sem autorização do seu titular, embora a entidades ou por ordem de uma entidade. Assim, foram dos casos em que haja autorização do cliente para o efeito, os dados apenas podem ser revelados ao (i) Banco de Portugal, no âmbito das suas atribuições (nomeadamente de supervisão e fiscalização), (ii) à CMVM, no âmbito do desempenho das suas competências, nomeadamente de fiscalização e regulação do mercado de capitais, (iii) ao Fundo de Garantia de Depósitos, Sistema de Indemnização aos Investidores e ao Fundo de Resolução no âmbito das suas competências, (iv) às autoridades judiciárias quando esteja em causa um processo de natureza penal, à administração fiscal e, por fim, (v) sempre que exista uma disposição legal que expressamente limite o dever de segredo.

iv. LIMITAÇÕES AO SEGREDO BANCÁRIO

Não obstante a importância que lhe é atribuída pelo legislador, o segredo bancário não é absoluto podendo ser, em circunstâncias muito específicas, derrogado. Esta possibilidade constitui a realização do juízo comparativo entre os interesses opostos, tendo em vista decidir qual deve prevalecer.

3 - Fica ressalvada a divulgação de informações confidenciais relativas a instituições de crédito no âmbito da aplicação de medidas de intervenção corretiva ou de resolução, da nomeação de uma administração provisória ou de processos de liquidação, exceto tratando-se de informações relativas a pessoas que tenham participado na recuperação ou reestruturação financeira da instituição.

4 - É lícita, designadamente para efeitos estatísticos, a divulgação de informação em forma sumária ou agregada e que não permita a identificação individualizada de pessoas ou instituições.

5 - Fica igualmente ressalvada do dever de segredo a comunicação a outras entidades pelo Banco de Portugal de dados centralizados, nos termos da legislação respetiva.”

Neste contexto, torna-se óbvio que o segredo bancário não tem uma natureza de direito absoluto, conhecendo algumas exceções, não obstante as mesmas se encontrarem perfeitamente identificadas. De uma forma genérica, e na terminologia adotada por MENEZES CORDEIRO, o segredo bancário apenas cede no direito privado, perante um direito significativamente relativo ao bem que esteja na posse do banqueiro. É exemplo de tal possibilidade a cedência do segredo bancário face a direitos sucessórios dos herdeiros do cliente bancário.

Já em sede de direito público, o segredo bancário apenas cede perante casos de branqueamento de capitais e de fraude fiscal. Para além destes, o regime apenas pode ser afastado em caso de fundamentado interesse geral, e sempre devidamente declarado pelo poder judicial⁴⁷.

v. A VIOLAÇÃO DO SEGREDO BANCÁRIO

Face à importância que o legislador atribui ao instituto do segredo bancário, é razoável que tenha expressamente previsto uma punição para a sua violação. Com efeito, foram estabelecidas normas tendentes a punir a violação do segredo bancário, desde logo no RGICSF. Sob a epígrafe de “violação do dever de segredo”, o artigo 84.º prevê, que a violação do dever de segredo é punível nos termos previstos no CP, ainda que não afaste outras sanções eventualmente aplicáveis, nomeadamente no plano disciplinar e de responsabilidade civil.

O acima mencionado normativo remete, assim, para o CP, qualificando como crime a violação do dever de segredo por parte dos sujeitos previstos no artigo 78.º do mesmo diploma. A norma do CP que tipifica como crime a violação do dever de segredo é a constante do artigo 195.º⁴⁸, que pune com pena de prisão até um ano ou pena de multa até 240 dias quem divulgar informação de que tenha tomado conhecimento em virtude do seu estado, ofício, emprego, profissão ou arte.

⁴⁷ CORDEIRO, António Menezes, *idem*, *ob. cit.*, pág. 367

⁴⁸ Artigo 195.º do CP:

“*Quem, sem consentimento, revelar segredo alheio de que tenha tomado conhecimento em razão do seu estado, ofício, emprego, profissão ou arte é punido com pena de prisão até 1 ano ou com pena de multa até 240 dias.*”

Note-se igualmente o facto de a remissão do RGICSF ser feita para o artigo 195.º e não para o 196.º. Tal remissão justifica-se pelo facto de o crime tipificado pelo artigo 196.º pressupor a existência de dano. Caso a remissão do artigo 84.º do RGICSF fosse efetuada para este artigo e não, como sucede, para o artigo 195.º, resultaria que a violação do segredo apenas se constituiria enquanto crime caso da violação do segredo emergisse um dano para a vítima. Pelo contrário, tendo o legislador optado por punir a violação do segredo através do artigo 195.º, resulta que o facto gerador de crime é a simples violação do segredo, não sendo portanto necessário para a sua tipificação que dessa violação resulte um dano para o ofendido.

Mais uma vez, entende-se a ratio subjacente à norma penal: a criminalização da violação do dever de segredo bancário é um reflexo do princípio da reserva da intimidade da vida privada, que se encontra jurídico-constitucionalmente tutelada. Com efeito, sendo o facto punido a divulgação de informação obtida por via da qualidade de colaborador⁴⁹ bancário com acesso a informação sensível, e constituindo os dados bancários parte integrante da reserva da privacidade dos cidadãos como anteriormente se concluiu, o que se pretende é a proteção dessa mesma privacidade, criminalizando as condutas que consubstanciem a sua violação.

Acresce que o crime de violação de segredo é objeto de várias qualificações⁵⁰. Surge-nos em primeiro lugar a qualificação por dolo específico, conforme resulta da alínea a) do artigo 197.º do CP, nos termos da qual as penas previstas para os crimes constantes dos artigos 190.º a 195.º são elevadas de um terço nos limites mínimo e máximo caso a violação do segredo se consume “*para obter recompensa ou enriquecimento, para o agente ou para outra pessoa, ou para causar prejuízo a outra pessoa ou ao Estado*”. Em segundo lugar, surge o dolo específico em função da qualidade do agente, no artigo 383.º, n.º 1 do CP, nos termos do qual “*O funcionário que, sem estar devidamente autorizado, revelar segredo de que tenha tomado conhecimento ou que lhe tenha sido confiado no exercício das suas funções, ou cujo conhecimento lhe tenha sido facilitado pelo cargo que exerce, com intenção de obter, para si ou para outra pessoa, benefício,*

⁴⁹ Incluindo-se no termo colaborador todos os sujeitos mencionados no artigo no n.º 1 do 78.º, do RGICSF.

⁵⁰ MACHADO, Miguel Pedrosa, *Sigilo Bancário e Direito Penal*, in *Sigilo Bancário*, Diogo Leite de Campos e outros, Instituto de Direito Bancário, Edições Cosmos, Lisboa, 1997, pp. 85 a 88.

ou com a consciência de causar prejuízo ao interesse público ou a terceiros, é punido com pena de prisão até três anos ou com pena de multa.”

Porém, não apenas no CP se encontram qualificações para a violação do segredo, nomeadamente segredo bancário. Refira-se a este propósito o artigo 28.º da LQSIRP⁵¹, que qualifica a quebra do segredo face ao seu objeto, punindo com 5 anos de prisão a violação do dever de segredo, “*se pena mais grave não lhe for aplicável*”.

Por fim, refira-se a qualificação pelo meio da ação e pelo objeto do segredo quando se tratem de dados pessoais contidos e tratados através de bases de dados automáticas prevista pelo artigo 47.º da LPDP⁵², que pune com pena de prisão até dois anos ou 240 dias de multa a quebra do sigilo profissional.

De realçar nesta sede também que sendo os dados bancários qualificados como dados pessoais, uma vez que se referem e espelham a vida privada dos cidadãos, pelo que o agravamento de penas deverá ser tido em conta perante a revelação de dados bancários protegidos por segredo profissional⁵³.

⁵¹ Artigo 28.º da LQSIRP:

*“1 - Quem, em razão das suas funções, tomar conhecimento de matérias classificadas na disponibilidade dos serviços de informações é obrigado a sobre elas guardar rigoroso sigilo.
2 - Os funcionários e agentes dos serviços de informações são igualmente obrigados a guardar rigoroso sigilo sobre a atividade de pesquisa, análise, classificação e conservação das informações de que tenham conhecimento em razão das suas funções, bem como sobre a estrutura e o funcionamento de todo o sistema.
3 - O dever de sigilo a que se refere o número anterior mantém-se além do termo do exercício das suas funções, não podendo, em caso algum e por qualquer forma, ser quebrado por aqueles que deixaram de ser funcionários ou agentes dos serviços de informações.
4 - A violação dos deveres previstos nos números anteriores é punível com prisão até 5 anos, se pena mais grave não lhe for aplicável.
5 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, a violação do dever previsto no n.º 2 é ainda punível com a pena disciplinar de demissão ou outra medida que implique o imediato afastamento do infrator.”*

⁵² Artigo 47.º da LPDP:

*“1 - Quem, obrigado a sigilo profissional, nos termos da lei, sem justa causa e sem o devido consentimento, revelar ou divulgar no todo ou em parte dados pessoais é punido com prisão até dois anos ou multa até 240 dias.
2 - A pena é agravada de metade dos seus limites se o agente:
a) For funcionário público ou equiparado, nos termos da lei penal;
b) For determinado pela intenção de obter qualquer vantagem patrimonial ou outro benefício ilegítimo;
c) Puser em perigo a reputação, a honra e consideração ou a intimidade da vida privada de outrem.
3 - A negligência é punível com prisão até seis meses ou multa até 120 dias.
4 - Fora dos casos previstos no n.º 2, o procedimento criminal depende de queixa.”*

⁵³ RIBEIRO, Pedro Joaquim Cardoso, *ob. cit.*, pág. 36.

vi. O SEGREDO BANCÁRIO COMO COROLÁRIO DO DIREITO À RESERVA DA INTIMIDADE DA VIDA PRIVADA - DA EXISTÊNCIA DE UM “DIREITO AO SIGILO BANCÁRIO”

Após a exposição relativamente ao instituto do segredo bancário torna-se agora necessário enquadrá-lo no âmbito do direito à reserva da intimidade da vida privada.

Efetivamente, a importância que a atividade bancária regista atualmente e a quase dependência funcional dos cidadãos em relação a ela torna clara a conclusão de que por via dessa estreita relação, as instituições bancárias dispõem de informações de elevada sensibilidade que permitem, direta ou indiretamente conhecer em pormenor grande parte da existência dos seus clientes.

Face a tal fenómeno, ficou igualmente claro que o legislador se preocupou em proteger a intimidade dos cidadãos pelos mais variados meios, com diferentes graus de intensidade, desde logo com a consagração constitucional dessa proteção.

III. A TRANSMISSÃO DE CARTEIRAS DE CRÉDITO EM INCUMPRIMENTO

A. CONSIDERAÇÕES GENÉRICAS

Os NPL comportam em si mesmo uma multiplicidade de fatores que os tornam profundamente heterogêneos. Há uma quantidade enorme de variáveis cuja verificação altera profundamente as suas características. Desde logo, o tipo de crédito sobre o qual se irá processar a operação de venda. A verdade é que as instituições bancárias alienam ativos dos mais variados tipos, sendo a motivação que subjaz a essas vendas também, como adiante se verá, de natureza diversa.

i. DOS CRÉDITOS OBJETO DA CESSÃO

No âmbito de uma cessão de NPL, os ativos alienados são profundamente heterogêneos. Com efeito, o dinamismo e abrangência do comércio bancário implicam que os bancos sejam titulares de direitos de créditos emergentes das mais variadas situações.

Em primeiro lugar cumpre referir os direitos de créditos emergentes da concessão de crédito ao consumo. Não raras vezes, este tipo de crédito é concedido pelas instituições de crédito de forma quase totalmente automática e num espaço temporal de minutos. Tais créditos são concedidos sem garantia ou com garantias muito fracas por parte dos devedores, o que os torna pouco valiosos para as instituições, que tem pouco ou nenhum interesse em mante-los nos seus balanços. Neste sentido, aquando da alienação deste tipo de crédito, a intenção fundamental que subjaz à operação é fundamentalmente libertar o balanço da instituição deste tipo de ativos, visto que as perdas não serão, neste tipo de créditos, muito elevadas.

Porém, existem outros casos em que a intenção fundamental subjacente à operação não será apenas, como no caso anterior, uma “limpeza de balanço”, mas também, além desta, a obtenção de um retorno com base no ativo que garante o crédito, de modo a possibilitar minorar a perda sofrida. Exemplo paradigmático desta espécie de operação é a alienação de crédito em incumprimento com origem na concessão de crédito à

habitação, em que por norma o crédito se encontra garantido pelo imóvel, seja ele para fins habitacionais ou comerciais. Neste caso, não obstante a transmissão do crédito poder libertar fundos e assim aliviar os rácios de capital do banco, este continua exposto ao ativo subjacente, ainda que os riscos sejam agora partilhados com o cessionário. Estas operações são, no entanto, bastante atrativas para os investidores, uma vez que potencialmente proporcionam um retorno significativamente elevado⁵⁴.

Sumariamente referidos os tipos de ativo objeto destas cessões, cumpre agora referir os tipos de investidor que adquire este tipo de ativos.

ii. OS INVESTIDORES – ESPÉCIES E INTENÇÃO SUBJACENTE

Quanto aos tipos de investidor, existem várias espécies, com diferentes tipos de intenção e âmbito de atividade. De facto, a heterogeneidade dos NPL manifesta-se ainda na quantidade de investidores que os adquirem e que operam nesta atividade. Existe neste mercado, por um lado, um tipo de investidor que, devido às mais variadas razões possui capacidade para suportar uma exposição elevada ao risco. Em paralelo é também possível identificar também pequenos e médios investidores, cujo perfil de exposição ao risco é significativamente mais conservador. Acresce que tem sido notória a tendência de aparecimento de fundos de capital de risco de pequena ou média dimensão, *trusts* de investimento imobiliário e mesmo investidores individuais.⁵⁵

É notória a abrangência do tipo de investidores que este mercado atrai. Tal facto é plenamente justificado pela sua heterogeneidade, a qual, pela sua abrangência cria oportunidades de negócio para uma multiplicidade de agentes, com as mais diversas intenções.

iii. ESTRUTURAS POSSÍVEIS PARA A TRANSMISSÃO

⁵⁴ PINA, Carmina Campos, *O Mercado de Non Performing Loans em Portugal*, dissertação de mestrado, disponível em http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/14558/1/C.Pina_Direito%20e%20Gest%C3%A3o_O%20Mercado%20de%20NPL's%20em%20Portugal.pdf

⁵⁵ “*Flocking to Europe. Ernest & Young 2013 non-performing loan report*” pp. 11, disponível em http://www.publity.de/de/investor/medien/downloads/item/download/22_63fa88a68598ff8a443973d56e748a7e.html.

A transmissão de NPL carece, naturalmente, de uma forma jurídica que confira à operação o efeito jurídico pretendido. A escolha do meio jurídico através do qual se processará a transmissão dependerá, fundamentalmente, das características do crédito ou créditos a ceder, bem como do perfil dos investidores. Com efeito, estamos no âmbito do princípio da liberdade contratual, pelo que o mecanismo jurídico será escolhido de acordo com a exclusiva vontade das partes, sem prejuízo das normas imperativas eventualmente aplicáveis. Neste sentido, a forma escolhida será sempre aquela que melhor se adequa aos interesses das partes envolvidas na transação, avaliada face ao caso concreto. Assim, e ainda que à partida se afigure como uma questão fundamentalmente teórica, o meio jurídico escolhido para a transmissão dos créditos terá um efeito decisivo ao nível das consequências práticas da mesma.

Atendendo ao dinamismo comércio jurídico atual e intenção subjacente à operação, parece ser seguro afirmar que este tipo de operação terá sempre como base um de dois institutos jurídicos: a cessão de posição contratual ou a cessão de créditos. Os dois mecanismos mencionados comportam, na sua génese, diferenças muito significativas que os poderão tornar mais ou menos atrativos para os investidores, aquando da tomada de decisão relativa à forma jurídica que melhor serve o objetivo pretendido. Com efeito, as particularidades dos dois modelos poderão aportar vantagens ou tornar mais difícil a operação, razão pela qual entendemos útil efetuar uma exposição sumária dos dois modelos.

a. A CESSÃO DE POSIÇÃO CONTRATUAL

A cessão de posição contratual encontra-se prevista no artigo 424.º, n.º 1⁵⁶ do CC. Tal instituto consiste fundamentalmente na capacidade de qualquer uma das partes de um contrato transmitir a sua posição no mesmo, desde que a parte contrária lhe preste o necessário consentimento.

⁵⁶ Artigo 424.º do CC:

“1- No contrato com prestações recíprocas, qualquer das partes tem a faculdade de transmitir a terceiro a sua posição contratual, desde que o outro contraente, antes ou depois da celebração do contrato, consinta na transmissão.

2 – Se o consentimento do outro contraente for anterior à cessão, esta só produz efeitos a partir da sua notificação ou reconhecimento.”

Como refere MENEZES LEITÃO⁵⁷, os créditos não constituem situações jurídicas completamente independentes, mas sim elementos integrantes de uma construção jurídica mais abrangente. Esta situação jurídica integra um conjunto de deveres, direitos, faculdades, poderes, ónus e sujeições que são, em conjunto, designados por posição contratual, que comporta em si a totalidade da posição jurídica emergente do contrato.

Porém, e como adiante se verá, não há qualquer obstáculo a que sejam transmitidos apenas partes concretas daquela relação mais complexa, que abrange todos os direitos e deveres emergentes do contrato para as partes. Porém, a transmissão isolada de uma parte ou partes daquela realidade jurídica terá como efeito uma obrigatória fragmentação dessa realidade jurídica que, face ao dinamismo do comércio jurídico atual, pode ser útil manter. Assim, e como forma de possibilitar a transmissão integral de todos os direitos e obrigações emergentes da relação jurídica, o legislador estabeleceu um mecanismo de cessão integral da posição contratual, que permite a transmissão integral da relação contratual, ao invés da transmissão seletiva de dimensões especificadas da mesma. Na cessão de posição contratual, o que é cedido é relação contratual integral que comporta um “todo” maior do que a soma de todas as suas partes. De facto, este mecanismo permite que sejam transmitidos todos os elementos da relação contratual, e bem assim manter todas as ligações e dependências estabelecidas entre elas. Neste sentido, a cessão da posição contratual é então, a transmissão, por via negocial da situação jurídica complexa de que era titular o cedente em virtude de um contrato celebrado com um terceiro⁵⁸.

b. REQUISITOS

O instituto da cessão da posição contratual encontra-se regulado no artigo. 424.º do CC. Examinando a letra da lei, é possível concluir que a possibilidade de transmitir a posição contratual depende de vários requisitos: um requisito inicial, a existência de um contrato anterior à cessão, um segundo requisito é a existência de um contrato que transmita a posição contratual para um terceiro e, por fim, o consentimento do outro contratante, que pode ser anterior, simultâneo ou posterior à cessão⁵⁹.

⁵⁷ LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes, *Direito das Obrigações*, Volume II, 6.ª Edição, 2008, Almedina, Coimbra, pp. 75.

⁵⁸ LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes, *ob. cit.*, pág. 76

⁵⁹ MARTINEZ, Pedro Romano, *Direito das Obrigações*, Apontamentos 2010/2011, 3.ª Edição, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, Lisboa, 2008, pág.

O primeiro requisito do instituto consiste então na existência obrigatória de dois contratos: em primeiro lugar, o contrato inicial, que estabelece a relação contratual entre as partes que pode ser definido como contrato-base.

Em segundo lugar, é necessária a existência de um segundo contrato, o contrato-instrumento, através do qual é transmitida a posição contratual do cedente no contrato-base⁶⁰.

Em terceiro lugar, surge a necessidade do consentimento do cedido como condição para a plena eficácia do negócio. Com efeito, a eficácia da cessão da posição contratual depende sempre da prestação de consentimento pelo cedido, ainda que tal condição se possa verificar em momentos temporais diferentes. Caso o consentimento seja prestado anteriormente, basta apenas que seja dado conhecimento da cessão ao cedido por meio de notificação para que a mesma produza efeitos⁶¹. Porém, caso não tenha sido dado pelo cedido consentimento anterior, e este recuse prestar consentimento quando solicitado, a cessão não produz efeitos, sem prejuízo de outras interpretações doutrinárias para este problema⁶².

c. EFEITOS

A consumação de uma transmissão de posição contratual repercute-se necessariamente em três esferas jurídicas distintas. Efetivamente, sendo a relação jurídica que se estabelece uma relação trilateral⁶³, os efeitos da cessão produzirão efeitos nas esferas jurídicas do cedente, do cessionário e do cedido.

As relações entre o cedente e o cessionário estarão, tal como decorre da lei, sujeitas ao regime legal e convencional emergente do contrato em que a cessão se materializou⁶⁴.

⁶⁰ VARELA, João de Matos Antunes, *Das Obrigações em Geral*, Vol. II, 7.^a Edição, Almedina, Coimbra, pág. 385.

⁶¹ VARELA, João de Matos Antunes, *ob. cit.*, pág. 400

⁶² Para maiores desenvolvimentos sobre este tema, ver VARELA, João de Matos Antunes, *ob. cit.*, pág. 401.

⁶³ VARELA, João de Matos Antunes, *ob. cit.*, pág. 396

⁶⁴ COSTA, Mário Júlio de Almeida, *“Direito das Obrigações”*, 8.^a Edição Revista e Aumentada, 2000, Almedina, Coimbra, pág. 768

Já no que respeita às relações entre o cedente e o cedido, o efeito fundamental é a exoneração do cedente da totalidade das dívidas e prestações que para ele emergiam do contrato. Tal efeito justifica-se pelo facto de a cessão da posição contratual transmitir a totalidade da posição do cedente perante o cedido para o cessionário. Assim, o cessionário assume a totalidade da posição jurídica do cedente no âmbito do contrato, deixando este último de ter na sua esfera jurídica qualquer efeito para ele emergente do contrato⁶⁵.

d. RELAÇÕES ENTRE O CESSIONÁRIO E O CEDIDO

Com a efetivação da cessão de posição contratual, o cessionário ocupará a totalidade da posição contratual do cedente, assumindo todos os deveres, direitos, faculdades, ónus a ela inerentes, razão que justifica plenamente o estatuído pelo artigo 427.º do CC⁶⁶, que permite ao cedido opor ao cessionário os meios de defesa permitidos pelo contrato, mas não os que provenham de outras relações que eventualmente o cedido tenha com o cessionário⁶⁷.

e. A CESSÃO DE CRÉDITOS

O instituto da cessão de créditos encontra-se previsto no artigo 577.º e seguintes do CC, e constitui uma forma de transmissão de um ou mais créditos, através de um negócio jurídico celebrado entre um credor e um terceiro elemento, estranho à relação contratual que origina o crédito cedido⁶⁸. Este instituto manifesta-se em dois efeitos fundamentais: em primeiro lugar, verifica-se uma sucessão num direito de crédito, nos termos da qual um terceiro ocupa a posição de credor numa relação negocial já existente. Em segundo lugar verifica-se, por força da sucessão, uma deslocalização patrimonial da esfera jurídica do cedente para a esfera jurídica do cessionário.

⁶⁵ As mais das vezes, assim acontece. Porém, alguma doutrina vem admitindo a possibilidade de existir um acesso sem a liberação do cedente, possibilidade que emerge do princípio da liberdade contratual. Assim, poderá ser convencionado entre as partes que o cedente continue responsável perante o cedido pela totalidade ou parte das prestações emergentes do contrato. Sobre este tema ver COSTA, Mário Júlio de Almeida, *ob. cit.*, pp. 769.

⁶⁶ Artigo 427.º do CC: “A outra parte no contrato tem o direito de opor ao cessionário os meios de defesa provenientes desse contrato, mas não os que provenham de outras relações com o cedente, a não ser que os tenha reservado ao consentir na cessão.”

⁶⁷ Sobre este tema ver VARELA, João de Matos Antunes, *ob. cit.*, pp. 327 e ss.

⁶⁸ LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes, “*Cessão de Créditos*”, Almedina, Coimbra, 2008, pp. 285

Salvo raras exceções, todos os créditos são passíveis de transmissão, quer os emergentes de relações ao abrigo da autonomia privada dos cidadãos, como sejam os emergentes de contratos celebrados ao abrigo do princípio da liberdade contratual, quer os créditos emergentes de qualquer outra fonte, como seja a responsabilidade civil.

O instituto da cessão de créditos tem ainda outra particularidade. É que, ao contrário de outros meios de transmissão de obrigações, não é exigido para que a cessão opere o consentimento do devedor. Significa isto que o devedor não detém qualquer possibilidade de se opor à cessão, nem tão pouco que a autorizar. Esta produz efeitos automaticamente, independentemente da oposição ou desconhecimento do cedido⁶⁹. Pelo que, existe na cessão de créditos uma clara limitação à liberdade contratual do devedor, que é compensada pela concessão de uma proteção especial, que existe para o compensar pelos eventuais prejuízos advenientes da mudança de credor⁷⁰.

f. REQUISITOS

A cessão de créditos exige que se encontrem reunidos certos pressupostos e condições prévias para que se possa realizar. Neste sentido, existem três requisitos fundamentais que devem ser observados.

Emerge em primeiro lugar a necessidade de existência de um negócio jurídico que estabeleça a transmissão da totalidade ou de parte de um crédito, sendo que o crédito a transmitir pode ser atual ou futuro, desde que este seja determinado ou determinável⁷¹.

O negócio jurídico que transmite o crédito pode ser configurado em vários modelos⁷², aspeto que justifica o facto de a lei expressamente consagrar no artigo 578.^o⁷³, n.º 1 do

⁶⁹ A solução prevista pela lei não deixa de levantar algumas questões, se considerada a enorme variedade de créditos que podem ser cedidos. Como refere Menezes Leitão, “*Efetivamente, se em relação a créditos resultantes de fontes de obrigações como a responsabilidade civil e o enriquecimento sem causa, o devedor não tem qualquer influencia na escolha da pessoa do credor, sendo a constituição do crédito a consequência automática da verificação de determinados pressupostos, no caso das obrigações contratuais, é o devedor que procede à escolha do seu credor enquanto parte no contrato, pelo que a alteração da pessoa do credor constitui uma alteração unilateral dos termos contratuais, em princípio vedada pela regra pacta sunt servanda (art. 406.º).*” LEITÃO, Luis Manuel Teles de Menezes, *ob. cit.*, pp. 287

⁷⁰ LEITÃO, Luis Manuel Teles de Menezes, *ob. cit.*, pp. 287

⁷¹ COSTA, Mário Júlio de Almeida, *ob. cit.*, pp.745 e ss.

⁷² Pode consistir numa compra e venda, doação, contrato de *factoring*, dação em cumprimento, ou num ato de consignação em garantia.

⁷³ Artigo 578.º do CC:

“1 - Os requisitos e efeitos da cessão entre as partes definem-se em função do tipo de negócio que lhe serve
de
base.

CC que os efeitos da cessão se definem face ao negócio jurídico que a originou, fazendo assim aplicar à cessão o regime jurídico aplicável ao negócio que lhe serviu de base. De referir ainda nesta sede que, na maior parte dos casos, o negócio jurídico que origina a cessão de créditos é mais das vezes de natureza contratual, sendo aplicáveis os requisitos de forma e substância aplicáveis ao contrato em questão⁷⁴. Assim, caso seja de natureza contratual, será necessária a declaração negocial do cedente e do cessionário, ainda que não haja obstáculos a que a cessão de créditos se faça por negócio unilateral, nos casos permitidos por lei⁷⁵.

Em segundo lugar, é também necessário que não existam impedimentos legais ou contratuais à transmissão do crédito. Em determinados negócios, a lei estabelece a possibilidade de o crédito ser cedido⁷⁶. O que se pretende relativamente a estes créditos é que se mantenham na esfera do credor, uma vez que se destinam a fazer face às suas necessidades básicas, razão pela qual a lei afasta a possibilidade de cessão para outrem.

Noutros casos, não obstante a lei não proibir a cessão dos créditos, como acontece nos créditos supramencionados, a lei exige que exista estipulação prévia no contrato que permita a cessão dos créditos dele emergentes. A justificação para esta previsão legal deve-se ao facto de a lei pressupor que não era intenção do devedor vincular-se a pessoa diferente do seu credor^{77 78}.

Por fim, é também pré requisito da cessão de créditos que o crédito ou créditos a transmitir não estejam ligados à pessoa do credor, em virtude da natureza da prestação.

2 - *Salvo o disposto em lei especial, a cessão de créditos hipotecários, quando não seja feita em testamento e a hipoteca recaia sobre bens imóveis, deve constar de escritura pública ou de documento particular autenticado.*"

⁷⁴ Caso estejamos em presença de uma cessão de créditos através de uma compra e venda, serão aplicáveis à cessão os requisitos aplicáveis ao contrato de compra e venda. O mesmo acontece caso a cessão se de por via de uma doação, dação em cumprimento ou qualquer outro meio admissível à transmissão do crédito.

⁷⁵ São exemplos destes casos as situações previstas nos artigos 457.º e ss. e 951.º, n.º 2 do CC. A lei prevê expressamente tal possibilidade nos negócios jurídicos unilaterais *mortis causa*. Sobre este tema ver LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes, "*Cessão de Créditos*", pp. 290.

⁷⁶ São exemplos deste tipo de crédito o direito a alimentos, previsto no artigo 2008.º do CC, a cessão dos créditos do trabalhador relativos a retribuições, estatuído pelo artigo 271.º do CT, bem como os créditos emergentes do direito a indemnização por acidente de trabalho, nos termos do artigo 302.º do mesmo código.

⁷⁷ É exemplo deste tipo de crédito o direito de preferência, previsto no artigo 420.º do CC.

⁷⁸ Sobre este tema ver LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes, "*Cessão de Créditos*", pp. 294 e ss.

Através deste requisito, a lei pressupõe que não tenha havido convenção entre o credor e o devedor no sentido de que o crédito não seria objeto de cessão, ou que esta não tenha sido restringida por qualquer exigência específica. Trata-se pois do *pactum de non cendendo*, que pode ser estipulado de forma tácita ou expressa, bem como resultar de uma cláusula contratual geral⁷⁹.

g. DIFERENÇAS ENTRE OS DOIS INSTITUTOS

Como resulta da muito sumária exposição acima efetuada, os institutos da cessão de posição contratual e da cessão de créditos são profundamente diferentes. As diferenças surgem, desde logo, quanto ao objeto da cessão. Se na cessão de posição contratual o que é cedido é a totalidade da posição contratual do cedente, na cessão de créditos o que é cedido é a totalidade ou uma parte do direito de crédito emergente de uma relação jurídica. Pelo que, na cessão de posição contratual, o objeto da cessão é muito mais amplo e complexo do que o objeto da cessão de créditos. Tal aspeto justifica também o facto de, em princípio, na cessão de posição contratual, o cedente ficar exonerado da totalidade da sua posição no contrato, o que já não se verifica na cessão de créditos. Efetivamente, ao contrário do que sucede na cessão de posição contratual, na cessão de créditos o cessionário sucede ao cedente apenas na obrigação principal, e não na totalidade da posição contratual.

No entanto, não obstante a cessão de créditos transmitir apenas uma parte da relação obrigacional e não a totalidade da posição contratual, esta transmite também as garantias e outros acessórios que não sejam inseparáveis da pessoa do cedente, caso não haja convenção em contrário. Devido a este facto, alguns autores têm vindo a questionar esta concepção clássica de separação dos dois institutos⁸⁰.

Outra das diferenças entre estas duas figuras, reside na necessidade de consentimento do cedido. Com efeito, na cessão de posição contratual, a lei exige o consentimento do cedido para que a cessão se torne eficaz, conforme a disposição constante do artigo 424.º do CC. Pelo contrário, na cessão de créditos, a lei não exige o consentimento do cedido, operando a cessão independentemente do consentimento do devedor, conforme artigo 577.º do CC.

⁷⁹ Sobre este tema, ver LEITÃO, Luis Manuel Teles de Menezes, “*ob. cit.*”, pp. 305 e ss.

⁸⁰ Neste sentido, LEITÃO, Luis Manuel Teles de Menezes, “Cessão de Créditos”, pp. 314.

iv. O IMPACTO DA TRANSMISSÃO DE NPL NOS DADOS DOS CLIENTES BANCÁRIOS.

Depois de efetuado o já longo – mas necessário – enquadramento, eis que chegamos ao tema que ora nos ocupa.

A transmissão de NPL, enquanto transmissão de créditos (independentemente da forma pela qual se processe), implica a transferência de informação privada e aspetos associados aos bens jurídicos cedidos. De facto, a transmissão envolve não apenas o crédito em si, mas também dados pessoais das partes que estão, como supra se demonstrou, sujeitos a proteção. A cedência dos dados privados relativos ao cedente não constituirá problema, porquanto, com a transmissão do crédito ao cessionário é condição que esses dados sejam disponibilizados, pelo que não é expectável que surjam problemas neste aspeto.

Porém, a transmissão de NPL pelo banco envolve, como acima se disse, também, a divulgação de dados do cliente bancário, que vê os seus dados cedidos ao cessionário por via da transmissão do crédito. Estes mesmos dados constituem dados bancários que, como se referiu no primeiro capítulo do presente estudo, se enquadram na vida privada do cliente bancário, e como tal beneficiam da proteção que lhes é consagrada pela lei.

Neste sentido, será necessário analisar se, a cedência dos dados do cliente bancário por força da transmissão do crédito, poderá configurar uma violação do regime de proteção de dados pessoais e também de uma eventual violação do segredo bancário.

a. OS DADOS PESSOAIS

Os poderes relativos ao tratamento de dados pessoais estão atribuídos, no ordenamento jurídico português à CNPD. Esta entidade foi criada pela Lei 10/95, entretanto substituída pela Lei 67/98, de 26 de outubro. A sua natureza, atribuições e competência estão previstas no artigo 21.º e seguintes da LPDP, dispondo esta entidade de um âmbito de ação bastante abrangente, tendo mesmo poderes de investigação, inquérito e autoridade para aplicar coimas.

A LPDP consagra os princípios fundamentais para o tratamento de qualquer informação, excluindo-se do âmbito de aplicação da lei o tratamento de dados de pessoas coletivas, visto não serem considerados dados pessoais.

Face ao tema ora em análise, parece-nos importante proceder nesta sede a uma exposição dos princípios, direitos e deveres que emergem da LPDP.

b. PRINCÍPIOS ORIENTADORES DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS.

O tratamento de dados pessoais obedece a um conjunto de princípios e disposições tendentes a assegurar a sua proteção efetiva.

Destes direitos, releva em primeiro lugar, o dever pelo artigo 27.º da LPDP, do responsável pelo tratamento de dados de notificar a CNPD da realização de um tratamento de dados, imposto pelo, não obstante a lei prever a possibilidade de alguns tratamentos não carecerem de notificação⁸¹. Surge em segundo lugar o princípio da finalidade, consagrado no artigo 5.º, n.º 1 da LPDP. Este princípio visa garantir que os dados cedidos não são utilizados para outra finalidade que não a visada aquando da sua cedência. Pelo que, a utilização de dados pessoais para outro fim que não o da recolha está sujeita à autorização por parte da CNPD, que detém a competência de avaliar se a nova finalidade de tratamento é ou não compatível com a finalidade com que foram recolhidos os dados pessoais. Assim, a finalidade de tratamento dos dados deve ser determinada, explícita e legítima.

Outro dos princípios que devem ser observados no tratamento de dados pessoais é o princípio da qualidade ou fidelidade dos dados, previsto no artigo 5.º, n.º 1 da LPDP. Este princípio proíbe a excessividade dos dados face à sua finalidade. Ou seja, o que a lei pretende prevenir é que os dados pessoais recolhidos não sejam manifestamente exagerados face à finalidade e posterior tratamento, nos termos da alínea c) da mesma norma. Por outro lado, a alínea d) impõe ainda que os dados pessoais recolhidos sejam exatos e atualizados. Assim, os dados deverão estar permanentemente atualizados,

⁸¹ As categorias de tratamento de dados isentos de notificação foram publicadas no Diário da República n.º 22, 2ª Série, de 22 de janeiro de 2000. São exemplo destas categorias o processamento de retribuições e a gestão de utentes de bibliotecas, sem prejuízo das restantes aí previstas.

sendo exatos, completos e claros. Para esta finalidade, o legislador previu no artigo 11.º da LPDP um direito de acesso, que abordaremos adiante.

Seguidamente, surge-nos o princípio da confidencialidade, que decorre do artigo 17.º da LPDP. Este princípio impõe aos responsáveis pelo tratamento de dados pessoais, bem como aos indivíduos que, no exercício das suas funções tenham conhecimento dos dados pessoais tratados um sigilo profissional que se mantém mesmo depois do termo daquelas funções.

Por fim, no campo dos princípios surge o princípio da proibição de decisões individuais automatizadas, previsto no artigo 13.º, n.º 1 da LPDP. A intenção que subjaz a este princípio é a de impedir que um qualquer cidadão possa ver repercutida, na sua esfera jurídica, uma decisão tomada apenas com base num tratamento automatizado de dados. Este princípio tem particular relevância no âmbito da concessão de crédito, impedindo, por exemplo, que um cidadão lhe veja ser recusado um crédito apenas com base no conteúdo de registos informáticos. Tal procedimento consistiria numa avaliação automática de aspetos da sua personalidade, como por exemplo, a confiança ou o seu comportamento, o que constituiria um desrespeito pela sua dignidade. A lei admite porém exceções a este princípio, designadamente nos casos previstos no artigo 13.º, n.ºs 2 e 3 da LPDP.

c. DIREITOS CONSAGRADOS NO ÂMBITO DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Enumeramos no ponto anterior os princípios a que devem obedecer o tratamento de dados pessoais pelas pessoas ou entidades autorizadas para o efeito, bem como os deveres que sobre eles impendem.

Sem prejuízo da proteção que tais princípios e deveres oferecem aos dados pessoais tratados, a lei confere ainda uma série de direitos aos titulares dos dados tratados.

Em primeiro lugar, é manifesta a existência de um direito ao esquecimento. Tal direito consiste numa reprodução do “*the right to be left alone*”, de Samuel Warren e Louis Brandeis⁸², naquela que é considerada a primeira grande obra sobre a privacidade dos

⁸² WARREN, Samuel e BRANDIS, Louis, “*The right to privacy*”, Harvard Law Review, Vol. IV, n.º 5, dezembro de 1890 *apud* CASTRO, Catarina Sarmento e, “*Os ficheiros de crédito e a proteção de dados*

cidadãos enquanto bem jurídico digno de proteção legal. Fundamentalmente, é garantido aos titulares dos dados pessoais tratados que os seus dados sejam apenas conservados durante o período necessário à prossecução das finalidades de recolha ou do tratamento posterior. A consagração legal deste direito encontra-se no artigo 5.º, n.º 1, alínea e) da LPDP.

Seguidamente, encontramos o direito de informação, previsto no artigo 10.º da LPDP. Tal direito confere, aos titulares dos dados pessoais tratados, a faculdade de ser informado da existência do tratamento, bem como das finalidades do mesmo, sempre que os dados forem recolhidos de forma direta. Tal princípio assume particular relevância uma vez que se entende que não é lícito o tratamento de dados quando este decorra sem que o seu titular seja informado de tal tratamento⁸³.

O mencionado princípio impõe ainda ao responsável pela recolha o dever de informar o titular dos dados recolhidos da existência de condições de acesso e retificação dos dados, bem como o destinatário das informações. Estas informações podem ser facultadas ao titular dos dados através dos documentos que servirão de base à recolha, ou constar de disposição contratual. Por fim, cumpre referir que mesmo que os dados sejam recolhidos de forma indireta, ou seja, não sejam recolhidas diretamente do titular dos dados, o responsável pelo tratamento está obrigado à prestação dessas informações, nos termos do artigo 10.º, n.º 3 da LPDP.

Uma das obrigações que impende sobre responsável pela recolha dos dados pessoais no âmbito do direito à informação é facultá-la ao seu titular, que dispõe de um direito de acesso aos mesmos. Tal direito encontra-se previsto no artigo 11.º da LPDP, consistindo no direito do titular dos dados em saber se são tratados quaisquer informações em relação à sua pessoa, bem como de conhecer essas informações. Pelo que não será errado distinguir, no âmbito do direito de acesso dois subdireitos: o direito de interrogar e um direito à comunicação dessas informações⁸⁴. Ademais, este direito reveste-se de particular importância porquanto é através dele que os titulares dos dados pessoais têm a

pessoais”, Estudos de Direito do Consumidor, Centro de Direito do Consumo da Faculdade de Direito de Coimbra, n.º 4, 2002.

⁸³ CASTRO, Catarina Sarmiento e, “*Os ficheiros de crédito e a proteção de dados pessoais*”, Estudos de Direito do Consumidor, Centro de Direito do Consumo da Faculdade de Direito de Coimbra, n.º 4, 2002, pág. 190.

⁸⁴ CASTRO, Catarina Sarmiento e, *ob. cit.*, pp. 191.

faculdade de proceder à retificação ou clarificação dos seus dados caso estes se encontrem incorretos, dúbios ou incompletos.

Este direito de acesso pelos titulares dos dados pessoais é também consagrado relativamente à Central de Riscos do Banco de Portugal, determinando expressamente o número 2 do ponto 8 da Instrução 16/2001 do Banco de Portugal⁸⁵ que “[s]empre que uma entidade participante, por si ou a solicitação do beneficiário de crédito interessado, verifique ter havido omissão ou lapso em qualquer comunicação de responsabilidades, passada ou presente, fica obrigada a proceder à conveniente rectificação, remetendo, para o efeito, as necessárias comunicações, de forma a serem processadas na respectiva centralização periódica, caso a mesma ainda não tenha ocorrido, ou, no caso contrário, divulgadas por carta às instituições às quais foi transmitida a informação incorreta.” Do mesmo modo, nos ficheiros de crédito criados nos termos do artigo 83.º do RGICSF, sobre a entidade responsável impende, nos termos do artigo 11.º da LPDP a obrigação de garantir o acesso dos titulares dos dados.

v. OS DADOS PESSOAIS TRANSMITIDOS NAS CESSÕES DE NPL.

Como anteriormente afirmámos, a cessão de NPL implica necessariamente a correspondente transmissão dos dados pessoais dos beneficiários do crédito. Os cessionários são, mais das vezes, sociedades que se dedicam em exclusivo à aquisição deste tipo de ativo e cujo objeto da atividade é a posterior cobrança dos mesmos. Assim, os investidores – de natureza heterogénea, como acima mencionamos – necessitam obrigatoriamente de obter as necessárias autorizações de modo a estarem legalmente habilitados a proceder ao tratamento de dados pessoais.

Neste sentido, existe um procedimento que estas entidades terão obrigatoriamente que observar quanto ao tratamento de dados pessoais, desde logo a autorização para tratamento desses mesmos dados. Com efeito, paralelamente à cessão de créditos, o cessionário terá que obrigatoriamente obter, junto da entidade competente a necessária autorização para tratamento de dados pessoais que irá efetuar por força da cessão. Digase, aliás, que este é um aspeto que, por norma, se encontra contratualmente regulado.

⁸⁵ Disponível em <http://www.bportugal.pt/sibap/application/app1/docs1/historico/textos/16-2001i.pdf>

d. DA AUTORIZAÇÃO PARA O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS.

Como acima referimos, a cessão de carteiras de NPL implica a transmissão dos dados pessoais associados aos créditos adquiridos, dados esses que se encontram protegidos por todo o regime exposto nas páginas que antecedem. De facto, o tratamento de dados pessoais associados aos créditos transmitidos por efeito da cessão carece de autorização de tratamento por parte da CNPD. Assim, nos termos do artigo 27.º da LPDP, impende sobre o cessionário a obrigação de notificar a CNPD antes do tratamento dos dados, que avaliará a possibilidade de autorizar ou não o tratamento. No caso concreto da cessão de NPL, parece estar sujeita ao controlo prévio da CNPD por força do artigo 28.º, n.º 1, alínea c), nos termos do qual carecem de autorização da CNPD “*o tratamento de dados pessoais relativos ao crédito e à solvabilidade dos seus titulares*”. Não obstante a LPDP prever expressamente a possibilidade de dispensar ou simplificar a notificação em determinados casos⁸⁶, nomeadamente nos casos em que os dados a tratar não ponham em causa os direitos, liberdades e garantias dos titulares dos dados, o artigo 28.º da LPD expressamente afirma que o tratamento deste tipo de dados carece da autorização da CNPD. Esta necessidade emerge do artigo 20.º da Diretiva 95/46/CE, de 24 de outubro de 1995⁸⁷, a qual prevê a necessidade dos estados-membros especificarem os tratamentos que eventualmente possam violar os direitos e liberdades dos titulares dos dados pessoais, sendo o controlo prévio exercido pela autoridade competente, que em Portugal é a CNPD.

Tal pedido de autorização deverá ser submetido no formulário *online*⁸⁸ disponível no sítio na Internet da CNPD, devendo este aguardar a tramitação do processo e respetiva autorização da CNPD.

⁸⁶ Artigo 27.º, n.º 2 da LPDP: “A CNPD pode autorizar a simplificação ou a isenção da notificação para determinadas categorias de tratamentos que, atendendo aos dados a tratar, não sejam suscetíveis de por em causa os direitos e liberdades dos titulares dos dados e tenham em conta critérios de celeridade, economia e eficiência.”

⁸⁷ Artigo 20.º da Diretiva 95/46/CE de 24 de outubro de 1995:

“1. Os Estados-membros especificarão os tratamentos que possam representar riscos específicos para os direitos e liberdades das pessoas em causa e zelarão por que sejam controlados antes da sua aplicação.
2. Esse controlo prévio será efectuado pela autoridade de controlo referida no artigo 28.º após recepção de uma notificação do responsável pelo tratamento ou pelo encarregado da proteção de dados que, em caso de dúvida, deverá consultar a autoridade de controlo.
3. Os Estados-membros poderão igualmente efetuar este controlo durante os trabalhos de preparação de uma medida do parlamento nacional ou de uma medida baseada nessa medida legislativa, a qual defina a natureza do tratamento e estabeleça as garantias adequadas.”

⁸⁸ Formulário disponível em <https://www.cnpd.pt/bin/Duvidas/geral.aspx>

O conteúdo do pedido de autorização para tratamento de dados pessoais a submeter à CNPD está definido por lei⁸⁹, devendo conter uma série de elementos essenciais que permita à CNPD a sua apreciação. A disponibilização destes elementos será fundamental para que a CNPD afira se a proteção dos dados pessoais tratados será devidamente acautelada, protegendo assim os seus titulares de verem violados os seus direitos. Assim, e em primeiro lugar, o pedido de autorização deverá conter a o nome e o endereço do responsável pelo tratamento de dados, nos termos do artigo 29.º, alínea a), de forma a identificar claramente a entidade que procederá ao tratamento dos dados. Em segundo lugar, devem também constar do pedido de autorização as finalidades do tratamento. Esta necessidade decorre do princípio da finalidade acima explanado e previsto no artigo 5.º da LPDP. As implicações deste princípio reconduzem-se à necessidade de respeitar, no tratamento de dados a finalidade para a qual os mesmos são recolhidos. Assim, desrespeitaria este princípio a entidade que, autorizada para tratar dados no âmbito que ora nos ocupa – a cobrança de créditos em risco ou em incumprimento – os utilizasse depois para, por exemplo, empreender campanhas de marketing junto dos titulares desses dados. De facto, a conduta violaria claramente o âmbito da autorização de tratamento concedida pela CNPD, constituindo na prática de crime punível com pena de prisão até um ano ou multa até 120 dias, nos termos do artigo 43.º⁹⁰, n.º 1, alínea c).

Prosseguindo, no conteúdo do pedido, devem também estar corretamente descritas as categorias dos titulares dos dados, bem como os dados ou categorias de dados pessoais que lhes respeitem. Deve ainda referenciar os destinatários a quem os dados poderão ser

⁸⁹ Cfr. Artigo 29.º da LPDP.

⁹⁰ Artigo 43.º da LPDP:

“1 - É punido com prisão até um ano ou multa até 120 dias quem intencionalmente:

- a) Omitir a notificação ou o pedido de autorização a que se referem os artigos 27.º e 28.º;*
- b) Fornecer falsas informações na notificação ou nos pedidos de autorização para o tratamento de dados pessoais ou neste proceder a modificações não consentidas pelo instrumento de legalização;*
- c) Desviar ou utilizar dados pessoais, de forma incompatível com a finalidade determinante da recolha ou com o instrumento de legalização;*
- d) Promover ou efetuar uma interconexão ilegal de dados pessoais;*
- e) Depois de ultrapassado o prazo que lhes tiver sido fixado pela CNPD para cumprimento das obrigações previstas na presente lei ou em outra legislação de proteção de dados, as não cumprir;*
- f) Depois de notificado pela CNPD para o não fazer, manter o acesso a redes abertas de transmissão de dados a responsáveis pelo tratamento de dados pessoais que não cumpram as disposições da presente lei.*

2 - A pena é agravada para o dobro dos seus limites quando se tratar de dados pessoais a que se referem os artigos 7.º e 8.º.”

comunicados, bem como as condições em que tal comunicação se poderá fazer, bem como a entidade encarregue do tratamento de dados, caso não seja o próprio responsável.

Devem ainda constar as interconexões de tratamento de dados pessoais, caso existam, bem como o tempo durante o qual serão conservados os dados pessoais. A questão relativa à limitação do tempo de conservação constitui uma questão central no âmbito da proteção de dados, porquanto constitui uma manifestação do direito ao esquecimento dos titulares dos dados pessoais, acima exposto. Diga-se apenas que tal direito garante aos titulares dos dados pessoais que os mesmos apenas são conservados durante o tempo necessário à prossecução dos fins. No âmbito da cessão de NPL, os responsáveis pelo tratamento de dados – que será o cessionário, no presente caso – apenas deverão conservar os dados pessoais dos devedores enquanto se mantiver a relação obrigacional. Neste sentido, cumprida a obrigação, os dados deverão ser destruídos, não sendo legítimo nem lícito que o responsável pelo tratamento conserve dados pessoais depois de atingido o fim que justificou a sua recolha.

Terá também que constar do pedido de autorização a forma pela qual o responsável pelo tratamento proporcionará aos titulares dos dados pessoais o conhecimento dos mesmos ou a possibilidade de os corrigir.

A intencionalidade que preside a esta necessidade é a de transmitir ao regulador que será dada aos titulares dos dados a possibilidade aceder bem como de corrigir e clarificar os seus dados quando estes se mostrarem errados ou pouco claros. Como referido, o titular dos dados deve poder controlar com exatidão as informações relativas à sua pessoa em nome, por um lado, da proteção conferida aos seus dados e, por outro, como forma de aportar segurança ao comércio jurídico. Tal possibilidade consiste, não só na manifestação do direito de acesso, mas também na manifestação do princípio da qualidade dos dados. De facto, a qualidade dos dados será tanto maior quanto o seu grau de correção e exatidão. Neste âmbito, estes princípios são de grande importância porquanto o aspeto económico-financeiro constitui, como ficou demonstrado no primeiro capítulo do presente estudo, uma dimensão da privacidade dos cidadãos, constitucional e legalmente protegida.

Finalmente, deve ainda constar do pedido de autorização submetido à CNPD a referência a eventuais transferências de dados para países terceiros que estejam previstas pelo responsável pelo tratamento, bem como a demonstração preliminar que ateste a adequação das medidas tomadas para garantir a segurança no tratamento de dados, nos termos do estatuído pelos artigos 14.º e 15.º da LPDP. Assim, devem ser garantidos o acesso restrito aos dados tratados, quer fisicamente quer por via tecnológica. Para este efeito, deve ser mantido pelo responsável pelo tratamento de dados um registo de auditoria de acesso à informação. Ademais, devem ser efetuadas cópias de segurança da informação, as quais deverão ser mantidas com acesso reservado ao responsável pelo sistema.

Por fim, não obstante as medidas de segurança adotadas de forma a preservar os dados, a responsabilidade pela efetiva segurança da informação e dos dados tratados caberá sempre ao responsável pelo tratamento, conforme Autorização 378/2010 da CNPD⁹¹.

e. O PRINCÍPIO DA CONFIDENCIALIDADE NO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS.

No seguimento do que vimos afirmando ao longo do presente estudo, o princípio da confidencialidade assume, se não o papel principal, seguramente um dos papéis principais no âmbito da proteção de dados pessoais. Com efeito, toda a proteção jurídica que lhe é conferida manifesta-se em grande medida na muito restrita disciplina que rege a sua divulgação, constando da lei as exceções perante as quais o princípio da confidencialidade poderá ceder.

Tal princípio resulta desde logo, como vimos, do preceito constitucional da reserva da intimidade da vida privada, e todas as consequências que advém do facto da CRP o considerar o integrar no elenco dos direitos, liberdades e garantias conferidas a todos os cidadãos.

Do ponto de vista legal, além da previsão constitucional, o princípio da confidencialidade surge, desde logo, no artigo 17.º da LPDP⁹², sob a epígrafe de “sigilo

⁹¹ Disponível em https://www.cnpd.pt/bin/decisooes/Aut/10_378_2009.pdf

⁹² Artigo 17.º da LPDP:

“1 - Os responsáveis do tratamento de dados pessoais, bem como as pessoas que, no exercício das suas funções, tenham conhecimento dos dados pessoais tratados, ficam obrigados a sigilo profissional, mesmo após o termo das suas funções.”

profissional”. Tal preceito impõe aos indivíduos que tenham acesso aos dados pessoais tratados o dever de sigilo, mesmo depois dos termos das suas funções. Ademais, tal obrigação é estendida aos membros da CNPD, que se mantém igualmente depois do termo das suas funções, bem como aos agentes, funcionários e assessores que exerçam funções junto da CNPD.

Porém, da análise do princípio da confidencialidade no contexto da cessão de NPL, resulta também uma obrigação de confidencialidade: é que, os dados transmitidos com a cessão não estão apenas sujeitos ao regime geral de proteção de dados pessoais, mas também, e por força do artigo 78.º do RGICSF, que sujeita tais dados ao regime do sigilo bancário. Neste contexto, será também necessário observar as regras relativas ao cumprimento do sigilo bancário na cessão deste tipo de ativos.

f. O CASO CONCRETO DA CESSÃO DE NPL

Explicitado o regime genérico do pedido de autorização a submeter pelo cessionário à CNPD – que será, como acima se demonstrou, o responsável pelo tratamento perante esta entidade – cumpre agora adaptar tal regime ao pedido de autorização a efetuar pelo cessionário de NPL.

O primeiro passo para assegurar um adequado tratamento e o respeito pela proteção dos dados pessoais dos devedores será então o pedido de autorização para tratamento de dados à CNPD. Em primeiro lugar, diga-se que a finalidade deste pedido de autorização será a gestão e cobrança de NPL, dependendo da finalidade indicada uma parte significativa dos restantes aspetos, nomeadamente a verificação do princípio da adequação dos dados.

É consensual que a recolha de dados pessoais cujo tratamento é objeto do pedido de autorização não é efetuada pelo cessionário, isto é, por quem submete o pedido de autorização. De facto, a recolha dos dados neste caso é consiste numa recolha indireta,

2 - Igual obrigação recai sobre os membros da CNPD, mesmo após o termo do mandato.

3 - O disposto nos números anteriores não exclui o dever do fornecimento das informações obrigatórias, nos termos legais, excepto quando constem de ficheiros organizados para fins estatísticos.”

4 - Os funcionários, agentes ou técnicos que exerçam funções de assessoria à CNPD ou aos seus vogais estão sujeitos à mesma obrigação de sigilo profissional.”

porquanto os dados vêm ao seu conhecimento no âmbito de uma cessão, ou seja, são comunicados pelo cedente no âmbito do contrato de cessão de créditos que formaliza a transmissão.

Quanto aos dados ou categorias de dados, serão necessários todos aqueles que se mostrarem essenciais ou convenientes à prossecução da finalidade do tratamento. Assim, a CNPD procede à análise da adequação dos dados tratados à finalidade pretendida. No caso de uma cessão de NPL, mostrar-se-ão necessários os dados que permitam ao cessionário a gestão do crédito cedido, bem como aqueles que permitam a cobrança do crédito.

A Autorização n.º 378/2009⁹³ da CNPD entendeu adequados à prossecução desta finalidade o nome, a morada, a data de nascimento, o telefone, o fax, *email*, número de Bilhete de Identidade/Cartão de Cidadão, o número de identificação fiscal, a quantia, a taxa de juro aplicável, bem como a descrição das garantias e os bens dados em garantia. No caso da presente Autorização, foi ainda autorizado o tratamento dos dados relativos ao processo judicial, uma vez que a Autorização se refere à gestão de créditos litigiosos. A aferição do princípio da adequação deve ser feita face à finalidade do tratamento, conforme o previsto no artigo 5.º, n.º 1, alínea c) da LPDP.

a. DO FUNDAMENTO DA CESSÃO DE DADOS

No âmbito de uma cessão de NPL, o fundamento da cessão de dados será o contrato de cessão de créditos celebrado entre as partes, que se traduz, as mais das vezes uma compra e venda de créditos. Sem repetir o que aquando da caracterização do instituto se disse, ele encontra-se previsto no artigo 577.º do CC, prevendo o mesmo artigo que a cessão de créditos dispensa o consentimento do devedor. Ora, parece-nos que, ao dispensar o consentimento do devedor, a cessão de créditos dispensará igualmente o consentimento do devedor também relativamente à cessão dos seus dados, garantido que seja, no entanto, que o tratamento dos seus dados seja feito nos termos da LPDP.

⁹³ Disponível em https://www.cnpd.pt/bin/decisoes/Aut/10_378_2009.pdf

Porém, e porque estão em causa dados sujeitos a sigilo bancário, a LPDP impõe ao responsável um cuidado adicional porquanto estamos em presença de dados considerados sensíveis. Assim, o responsável pelo tratamento de dados deve ainda garantir a observação das medidas de segurança previstas no artigo 15.º da LPDP, por força do previsto no artigo 7.º, n.º 2 do mesmo diploma legal, que visam conferir uma proteção reforçada aos titulares de dados particularmente sensíveis, como são os dados bancários.

Do ponto de vista da LPDP, entendemos que o fundamento para o tratamento de dados residirá na alínea e) do artigo 6.º da LPDP, nos termos da qual é fundamento para o tratamento de dados “*a Prossecução de interesses legítimos do responsável pelo tratamento ou de terceiro a quem os dados sejam comunicados, desde que não devam prevalecer os interesses ou os direitos, liberdades e garantias do titular dos dados*”.

Ora, resulta claro que a legitimidade para o tratamento emergirá do facto de, para a execução do contrato celebrado entre o cedente e o cessionário – que é o responsável pelo tratamento – ser necessário o tratamento dos dados pessoais dos devedores cedidos.

Acresce que, ao responsável pelo tratamento de dados que recebe os dados do terceiro – no presente caso, do cedente –, não obstante não proceder à recolha original dos dados, fica também obrigado a garantir a observação dos direitos que assistem ao titular dos dados. Neste sentido, devem ser garantidos o direito de acesso aos dados, bem como a toda a informação relativa ao tratamento de dados, nos termos do artigo 10.º, n.º 1 da LPDP, por remissão do n.º 3 do mesmo artigo.

vi. DA PROTEÇÃO EFETIVA DOS DADOS DOS CLIENTES BANCÁRIOS

Exposto em termos gerais o regime os procedimentos instituídos de forma a garantir a proteção dos dados do cliente bancário, cumpre agora efetuar uma síntese do que até aqui referimos.

Infere-se do *supra* referido que a proteção dos dados pessoais dos cidadãos é um aspeto muito caro ao legislador, regendo-se por normas e princípios tendentes a minimizar, tanto quanto possível, as probabilidades da sua violação. De facto, a importância deste bem jurídico fica por demais evidente quando analisado todo o enquadramento legal que

a ordem jurídica lhe consagra, traduzido fundamentalmente pela quantidade de normas que, nos diferentes níveis, consagram e garantem a sua proteção. Assim, não se estranha que, não obstante a lei permitir uma transmissão dos dados do cliente bancário, o legislador coloque uma profunda exigência quanto à proteção desses mesmos dados.

Com efeito, caso a lei permitisse que as cessões de créditos em incumprimento ficassem dependentes do consentimento dos titulares dos dados estaria a colocar um entrave potencialmente intransponível no âmbito contratual. A isto acresce que, dispensando a cessão de créditos a necessidade de consentimento do cedido, não seria razoável que a lei impusesse depois o consentimento do cedido quanto à transmissão dos seus dados. Se tal se verificasse, o comércio jurídico moderno e o dinamismo do sistema financeiro ficaria em larga medida comprometido. Ademais, a tendência tem sido, não só nesta área, a progressiva simplificação de procedimentos e requisitos, de forma a satisfazer precisamente esse dinamismo comercial, que constitui um dos grandes traços caracterizadores da sociedade atual.

Porém, estamos em crer que o legislador, na orientação de uma progressiva agilização do comércio jurídico não negligenciou nem tão pouco sacrificou os aspetos dignos de proteção jurídica que, não obstante não constituírem o “ator principal”, necessitam ainda assim de ser acautelados, porquanto os efeitos daquele negócio acarretarão necessárias implicações.

Ora, é precisamente este o caso dos dados pessoais. Não obstante o negócio jurídico principal ser a cessão do crédito em incumprimento, a cessão implica também a cessão dos dados pessoais associados ao crédito em incumprimento. Porque assim é, a lei previu e tratou de garantir que esta transmissão fosse feita em concordância com todas as normas e princípios aplicáveis à proteção de dados – como atesta a necessidade de obtenção de autorização para o seu tratamento e as obrigações do responsável pelo tratamento de dados nos termos acima explanados –, mas também o respeito pelo instituto do sigilo bancário, a que tais dados são sujeitos.

Constituindo os dados bancários, como se disse, dados pessoais sensíveis, é então previsível e aceitável que a lei sujeite estes dados a uma exigente e extensiva proteção. De forma a positivar tal intenção, e tudo o que ela comporta, a lei submete o tratamento

destes dados a normas e procedimentos de segurança muito restritivos e exigentes, assegurando, em nosso entender, a proteção adequada daqueles dados.

vii. O PAPEL DA CNPD

Em Portugal, a CNPD constitui a autoridade administrativa independente cuja competência é autorizar, registar e fiscalizar o cumprimento das disposições relativas à proteção de dados. Paralelamente, compete-lhe também a aplicação de sanções administrativas resultantes do incumprimento da legislação de proteção de dados.

Nos termos dos artigos 37.º e 38.º da LPDP, tais violações podem configurar quer a omissão, quer o cumprimento defeituoso das obrigações relativas à proteção de dados, sendo estas condutas punidas com aplicação de coima. Acresce que, resultando a contraordenação da omissão de cumprimento de uma obrigação, o pagamento da coima não dispensa o responsável pelo tratamento do cumprimento da obrigação, se o seu cumprimento for ainda possível, nos termos do artigo 36.º da LPDP. Sem prejuízo do exposto, o legislador atribuiu também à CNPD poderes de investigação e inquérito. Assim, a CNPD dispõe de acesso a todos os dados objeto de tratamento, e bem assim à recolha de todas as informações convenientes ao correto desempenho das suas funções, conforme artigo 23.º, n.º 3 da LPDP.

Ainda no âmbito dos poderes da CNPD, pode esta ordenar o bloqueio, destruição ou eliminação de dados pessoais, bem como proibir, de forma temporária ou permanente o tratamento de dados, mesmo nos casos em que estes se encontrem em redes abertas de transmissão de dados, bastando para tal que os servidores se encontrem em território português. É também da sua competência a emissão de pareceres prévios ao tratamento de dados pessoais, nos termos das alíneas b) e c) do artigo 22.º da LPDP, respetivamente. O não cumprimento das instruções na CNPD nestas matérias fará o responsável pelo tratamento incorrer na prática do crime de desobediência, nos termos do artigo 46.º da LPDP.

Por fim, cumpre fazer alusão a uma competência particularmente relevante neste âmbito. É da responsabilidade da CNPD assegurar o cumprimento do direito de acesso à informação por parte dos titulares dos dados pessoais, garantido assim que os cidadãos

vejam respeitados o seu direito de acesso aos seus dados pessoais, direito amplamente mencionado nas páginas que antecedem.

viii. O PAPEL DOS TRIBUNAIS

O papel dos tribunais no âmbito da proteção de dados reveste-se de grande importância. De facto, não raras vezes se assiste a uma espécie de atuação paralela entre a CNPD e os tribunais na aplicação de sanções decorrentes da violação de disposições relativas a dados pessoais.

Por um lado, a intervenção do tribunal revela-se essencial nos casos em que a violação dos dados pessoais possa gerar a responsabilidade civil do infrator. Aliás, tem sido reconhecido pela CNPD que determinados comportamentos que consubstanciem violação da privacidade são passíveis de gerar responsabilidade civil para o infrator. No entanto, e uma vez que a CNPD não dispõe de competências que lhe permitam atuar neste âmbito, será sempre necessário que o ressarcimento dessa violação seja fixado jurisdicionalmente, conforme consta da Deliberação n.º 16/2000 da CNPD⁹⁴.

Por outro lado, cabe ainda aos tribunais a aplicação de sanções às condutas criminalizadas pela LPDP, de que são exemplo o não cumprimento de obrigações relativas à proteção de dados pessoais, o acesso indevido a dados pessoais, a viciação ou destruição de dados pessoais, a desobediência e a violação do dever de sigilo, punidos pelos artigos 43.º, 44.º, 45.º, 46.º e 47.º da LPDP, respetivamente.

⁹⁴ Disponível em <http://web-archive-pt.com/page/58165/2012-06-18/18/http://www.cnpd.pt/bin/decisoos/2000/htm/del/del016-00.htm>

IV. CONCLUSÕES

- I. A crise iniciada em 2007 ditou o fim do modelo de funcionamento do sistema financeiro mundial até então vigente, tornando evidente os desequilíbrios existentes.
- II. Em razão da crise, a atividade bancária sofreu consequências muito significativas, que colocaram em causa a atividade bancária e existência de muitas instituições.
- III. Além do impacto na atividade bancária, a crise repercutiu-se também nos próprios Estados, existindo mesmo alguns que se viram forçados a recorrer a programas de assistência financeira.
- IV. Na atividade bancária, os efeitos manifestaram-se em primeiro lugar do ponto de vista financeiro, tendo o valor dos seus ativos diminuído significativamente, com as consequências daí emergentes para a sua solvabilidade.
- V. Em paralelo, como forma de conter a crise foi produzida extensa legislação aplicável ao sector bancário, impondo aos bancos requisitos mínimos ao nível dos rácios de capital, de forma a conferir solidez às instituições bancárias que lhes permitissem suportar os efeitos da crise.
- VI. Da legislação destinada ao sector bancário produzida durante a crise, é particularmente relevante o Regulamento Basileia III, do Comité de Brasileira, que adotou um conjunto de medidas que as instituições bancárias devem observar, tendo em vista a garantia de uma suficiente robustez financeira.
- VII. A necessidade de cumprimento daquelas normas implicou a crescente necessidade por parte dos bancos de obter financiamento, de modo a atingir os rácios de liquidez exigidos.
- VIII. Face a este cenário, os bancos puderam lançar mão de uma de duas alternativas: ou proceder a aumentos de capital ou, em alternativa, a retirar do seu balanço os ativos problemáticos, nos quais se incluem os NPL.
- IX. Neste contexto, a crise financeira internacional teve como efeito, por via da necessidade dos bancos de limpar o seu balanço, a intensificação do mercado de NPL.

- X. A transmissão destes créditos levanta, como é simples perceber, uma série de questões paralelas ao negócio da cessão que, não obstante não constituírem o aspeto central da mesma necessitam de ser devidamente acauteladas.
- XI. Uma das questões suscitadas pela transmissão de carteiras de crédito prende-se com os dados dos clientes bancários que são, por força da cessão, transmitidos ao cessionário.
- XII. Os dados pessoais constituem uma das dimensões protegidas pelo princípio constitucional da reserva da intimidade da vida privada, previsto no artigo 26.º da CRP.
- XIII. Tal princípio integra os Direitos, Liberdades e Garantias consagrados a todos os cidadãos, merecendo, por conseguinte, uma proteção forte, através de disposições particularmente restritivas quanto ao seu tratamento.
- XIV. No universo dos dados pessoais protegidos pelo princípio da reserva da intimidade da vida privada enquadram-se os dados sobre os aspetos económico-financeiros da vida dos cidadãos, visto que, por força das particularidades da sociedade atual e dos meios electrónicos associados ao mercado bancário, através dos mesmos é possível, sem grande dificuldade, conhecer os aspetos mais íntimos da vida dos cidadãos.
- XV. Pelo que, os dados bancários são considerados dados sensíveis, merecendo o mesmo grau de proteção que os dados pessoais.
- XVI. Além do princípio geral de confidencialidade dos dados pessoais, os dados bancários encontram-se ainda sujeitos a um regime específico de segredo, materializado pelo instituto do segredo bancário.
- XVII. Previsto no artigo 78.º do RGICSF, faz impender sobre os agentes ali previstos a obrigação de manterem sob reserva os dados bancários aos quais acederam por via das funções exercidas.
- XVIII. Face aos dois interesses em jogo, isto é, por um lado a fluidez do comércio jurídico e, por outro, a necessidade de proteger de forma conveniente os dados dos clientes bancários, a lei criou mecanismos que permitem harmonizar e articular os dois interesses.
- XIX. Tal articulação é feita fundamentalmente através das obrigações impostas ao cessionário, que é, simultaneamente, o responsável pelo tratamento dos dados cedidos no âmbito da transmissão dos NPL.

- XX. Para o efeito, a lei submeteu o tratamento de dados pelo cessionário à autorização da CNPD que é, em Portugal, a autoridade responsável pela regulação e fiscalização das questões relativas a dados pessoais.
- XXI. A concessão desta autorização implica análise jurídica, por parte da CNPD, de todos os aspetos relevantes aplicáveis a cada caso concreto, de forma a aferir em que moldes poderá – ou não – a autorização para o tratamento de dados ser concedida.
- XXII. Acresce que, a concessão de autorização implica para o responsável pelo tratamento de dados, a sujeição a uma série de princípios e obrigações no tratamento dos mesmos, de modo a que se cumpram todas as disposições relativas ao tratamento de dados.
- XXIII. Os dados bancários estão ainda sujeitos ao regime do segredo bancário. Neste contexto, ao tratamento destes dados aplicar-se-ão ainda o elenco de medidas adicionais de segurança aplicáveis ao tratamento de dados sensíveis, nos termos da LPDP.
- XXIV. As disposições legais aplicáveis ao tratamento de dados pessoais – neste caso, aos dados bancários – visam garantir a proteção deste bem jurídico nas mais variadas situações.
- XXV. Por esta razão, o legislador manifestou a preocupação em harmonizar os interesses em jogo, ainda que sem prescindir da proteção que estes elementos merecem, face à sua importância.
- XXVI. Ainda em cumprimento daquela intencionalidade, previu uma moldura contraordenacional e criminal tendente a sancionar as condutas que violem as disposições relativas à proteção de dados.
- XXVII. Resulta então claro que a tutela conferida aos aspetos relativos à proteção de dados é particularmente forte, que se justifica plenamente face aos interesses em jogo.

BIBLIOGRAFIA

- “*Afinal, o que é o NPL?*”, disponível em <http://www.servdebt.com/index.php?sector=6&page=newsview&id=50&tid=5>
- CABRAL, Rita Amaral, “*O direito à intimidade da vida privada (Breve reflexão acerca do artigo 80.º do Código Civil)*”, Separata dos Estudos em Memória do Prof. Doutor Paulo Cunha, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, Lisboa, 1988
- CÂMARA, Paulo; MAGALHÃES, Manuel (Coords.), “*O Novo Direito Bancário*”, Almedina, Coimbra, 2012
- CANOTILHO, J.J. Gomes e MOREIRA, Vital, “*Constituição Anotada*”, 3.ª Edição revista, 1993
- CASTRO, Catarina Sarmiento e, “*Os ficheiros de crédito e a proteção de dados pessoais*”, Estudos de Direito do Consumidor, Centro de Direito do Consumo da Faculdade de Direito de Coimbra, n.º 4, 2002
- CORDEIRO, António Menezes, “*Direito Bancário*”, 5.ª Edição Revista e Atualizada, 2014, Almedina, Coimbra.
- COSTA, Mário Júlio de Almeida, “*Direito das Obrigações*”, 8.ª Edição Revista e Aumentada, 2000, Almedina, Coimbra,
- FILHO, Demócrito Reinaldo, “*A Central de Risco de Crédito do Banco Central – considerações sobre a sua natureza e os riscos à proteção dos dados pessoais dos clientes bancários*”, disponível em http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=5009;
- LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes, “*Cessão de Créditos*”, Almedina, Coimbra, 2008
- LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes, “*Direito das Obrigações*”, Volume II, 6.ª Edição, 2008, Almedina, Coimbra, pp. 75.
- LIMA, Pires de e VARELA, Antunes, “*Código Civil Anotado*”, 4.ª Edição Revista e Atualizada, Vol. I, Coimbra Editora
- MACHADO, Miguel Pedrosa, “*Sigilo Bancário e Direito Penal*”, in *Sigilo Bancário*, Diogo Leite de Campos e outros, Instituto de Direito Bancário, Edições Cosmos, Lisboa, 1997

- MARTINEZ, Pedro Romano, “*Direito das Obrigações - Apontamentos 2010/2011*”, 3.ª Edição, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, Lisboa, 2008
- MENDES, Verónica Martins e ELVAS, Elisa, “*Questões Jurídicas Suscitadas A Propósito Das Operações De Transmissão De Carteiras De Crédito*”, disponível em <http://www.uria.com/documentos/publicaciones/4378/documento/fp03.pdf?id=5592>
- MIRANDA, Jorge e MEDEIROS, Rui, “*Constituição Portuguesa Anotada*”, Tomo I, 3.ª Edição, Coimbra Editora, Coimbra, 2005;
- NIGRI, Tânia, “*Países terão de buscar outra fonte de sustento*”, disponível em <http://oab-ba.jusbrasil.com.br/noticias/1039651/paises-terao-de-buscar-outra-fonte-de-sustento>;
- PINA, Carmina Campos, “*O mercado de non-performing loans em Portugal*”, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Direito e Católica Lisbon School of Business and Economics, Agosto de 2013, disponível em http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/14558/1/C.Pina_Direito%20e%20Gest%C3%A3o_O%20Mercado%20de%20NPL's%20em%20Portugal.pdf;
- RAMOS, Maria Célia, “*O sigilo bancário em Portugal – Origens, evolução e fundamentos*”, in *Sigilo Bancário*, Diogo Leite de Campos e outros, Instituto de Direito Bancário, Edições Cosmos, Lisboa, 1997;
- RIBEIRO, Pedro Joaquim Cardoso, “*Dados bancários enquanto dados sensíveis*”, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Direito da Universidade do Porto, 2011, disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/69754/2/5234.Dados%20Banc%C3%A1rios%20enquanto%20Dados%20Sens%C3%ADveis>
- SOUSA, Rabindranath Capelo de, “*O Segredo Bancário – Em especial, face às alterações fiscais da Lei n.º 30-G/2000, de 29 de dezembro*”, Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Inocêncio Galvão Telles, Vol. II Direito Bancário, Almedina, Coimbra, 2002;
- VARELA, João de Matos Antunes, “*Das Obrigações em Geral*”, Vol. II, 7.ª Edição, Almedina, Coimbra

- VASCONCELOS, Pedro Paes de, "*Proteção de dados pessoais e direito à privacidade*", Direito da Sociedade de Informação, Volume I, Coimbra Editora, Coimbra, 1999
- DUARTE, Rui Pinto; LOPES, Gameiro; OLIVEIRA, Luís, "Direito na Actividade Bancária", Instituto de Formação Bancária, Lisboa, 1992
- KOECK, Bernhard, "*Bank Confidentiality and the sale of loans under the Austrian Law*", disponível em https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjD9-nlu8XLAhVps4MKHcgABwMQFggeMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.fwp.at%2Fkaidoo%2F3.0%2Fdata%2Fdocuments%2Fpublikationen%2Ffwp_Koeck_Bank%2520Confidentiality%2520and%2520the%2520Sale%2520of%2520Loans%2520under%2520Austrian%2520Law%2C%2520J.I.B.L.R.%25202008%2C%2520392.pdf&usg=AFQjCNFkoaIjQW0xyIMRCn30exM14qyCJQ&sig2=ZDR2Aqh09Rm0jdw_oqc6Hw&bvm=bv.116954456,d.ZWU
- LÓPEZ, Angél Pérez; FERNANDÉZ, António José Moya; SIERRA, Eduardo Trigo, "*Cuestiones Prácticas de las ventas de carteras de créditos*", disponível em <http://www.uria.com/documentos/publicaciones/3586/documento/A3.pdf?id=4388>
- LUÍS, Alberto, "*O Segredo Bancário em Portugal*", Revista da Ordem dos Advogados, n.º 41, Maio - Agosto de 1981
- MACHADO, Sofia Santos, "*A evolução do mercado de Non-Performing Loans em Portugal*", disponível em http://www.abreuadvogados.com/xms/files/05_Comunicacao/Artigos_na_Imprensa/Artigo_SSM_A_Evolucao_do_mercado_de_non_performing_loans_em_Portugal_Confidencial_Imobiliario_Maio_2007.pdf
- MOTA, Maurício Jorge Pereira, "*A noção de confiança nos negócios bancários*", disponível em http://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/handle/2011/17825/A_no%C3%A7%C3%A3o_de_confian%C3%A7a_nos_neg%C3%B3cios_banc%C3%A1rios.pdf?sequence=3

- NETO, Abílio, "*Novo Código de Processo Civil Anotado*", 2.^a Edição Revista e Ampliada, Ediforum, Lisboa, 2014
- VAZ, Teresa Anselmo; PAÍNHO, Ana Rita, "*A Proteção de Dados Pessoais e os Intermediários Financeiros*", Direito dos Valores Mobiliários, Volume X, Coimbra Editora, Coimbra, 2011